

5.2 – Cosmologia e práticas rituais

Passando agora a considerar a cosmologia e as práticas rituais entre os Kaiowa, teremos novos e fundamentais elementos a revelar a complexidade dos laços que ligam as famílias e comunidades indígenas (compostas, como dito, por famílias aliadas por parentesco) referidas à TI Iguatemipegua I.

Como observa Mura (2006, 2010), para os Kaiowa, o universo se constitui, de fato, como um complexo campo político, onde o jogo de forças entre os diversos seres que o povoam está em constante transformação. Este dinamismo está associado a uma visão de mundo que se fundamenta numa história do cosmo que é dividida em etapas, cada uma com determinadas especificidades. É o que se pode ver através do seguinte:

A primeira, cosmogônica e teogônica, foi caracterizada pela geração da divindade principal, Ñane Ramõi (“Nosso Avô”), e de seus adornos corporais e rituais, a partir de uma substância primordial, denominada *jesuka*. Na seqüência, ainda durante esta fase, servindo-se da *jesuka* este personagem criou a arquitetura principal do Cosmo – composto de patamares superpostos vertical e horizontalmente, definidos de *yváy* –, as divindades destinadas a povoar tais espaços primordiais, e sua própria esposa, Ñande Jari (“Nossa Avó”), fazendo-a surgir de seu cocar. Esta primeira fase do Cosmo foi caracterizada por uma organização harmônica e simétrica envolvendo os personagens que o povoavam. A segunda fase, geogônica e etnogônica, foi inaugurada pelo filho de Ñane Ramõi, Ñande Ru (“Nosso Pai”), que criou a Terra, do tamanho de um disco de cerca de 10 cm de diâmetro, bem como os suportes onde este se apóia, e as humanidades que nela iriam habitar. Seria Ñande Rykey Pa’i Kuara (“Nosso irmão mais velho, o Sol”), principal herói civilizador e filho de Ñande Ru, que posteriormente iria ampliar a superfície desse disco, interagindo diretamente com os seres aí localizados. Esta segunda fase, extremamente dinâmica, foi dominada pelas rivalidades e conflitos desencadeados pelos diferentes povos que habitaram a Terra. Àquela época, todos os sujeitos eram imortais, possuindo poderes xamanísticos e conseguindo comunicar-se através de uma linguagem comum. A litigiosidade e os comportamentos mantidos pela maioria dos povos levaram as divindades principais a se exasperarem, a ponto de destruir a superfície da Terra. Assim, deu-se início à transformação mais significativa que afetou o Universo, concluindo-se o período pelos índios definido como *Áry Ypy* (espaço-tempo das origens). A ira das divindades desencadeou um processo que levou à decadência das humanidades sobreviventes à destruição da superfície da Terra, a maioria destas sendo destinadas a manifestar-se através de corpos que os ocidentais considerariamos como sendo espécies animais. Desta forma, dependendo dos atributos de cada uma destas, os povos originários foram destinados a rastejar, fugir, agredir, alimentar-se de carniça etc.

Não todas as humanidades tiveram este destino, nem a decadência foi de idêntica intensidade e qualidade para todos os povos. Também em cada povo não foram todos os que perderam totalmente as qualidades originárias. O *Áry Ypyrã* – isto é, o espaço-tempo atual – é caracterizado, portanto, por iniquidades e diferenças hierárquicas instituídas durante o *Áry Ypy*. Algumas humanidades foram destinadas



a possuir certos objetos, matérias e técnicas, enquanto outros foram preclusos destes benefícios. **Os próprios Kaiowa, em sendo parentes diretos das divindades, foram incumbidos de cuidar da Terra e dela fazer um bom uso, respeitando-se o *teko porã* (“bom/correto modo de ser”).** (Mura, 2010, pp. 133-34; destaque nosso).

Ocorre que é preciso levar-se em conta que o *teko porã* não é um modo de ser e de viver genérico; ele se expressa, na prática, como um *teko mbojeko porã*, isto é, como “um modo de ser baseado no apoio mútuo” – entendido como algo bom (*porã*). Este é justamente o princípio que deve reger as relações no seio dos grupos domésticos (como dito, grupos familiares de pelo menos três gerações), sob pena de se gerar um clima de malefícios, que acabaria por contaminar todos os elementos constituintes do universo, aí incluído esse próprio grupo familiar.

Muito embora este seja um princípio moral e religioso, que pode encontrar percalços na sua realização, o que é incontestável é o fato de que cada indivíduo tem nos demais integrantes de seu grupo familiar um suporte, um apoio (*jeko*). A noção de *jeko* tem vital importância para as famílias, e tem concretização numa sequência de suportes (*jekoha*) piramidais, relacionados entre si da maneira que segue. Cada indivíduo de uma família extensa está apoiado nos *jekoha* constituídos pelos “avós” (*tamõi e jari*), que, por sua vez, estão apoiados nos *jekoha* constituídos pelos “bisavós” (*tamõi guasu e jari guasu*); já estes últimos, apóiam-se nos “tataravós” (denominados também de *tamõi guasu e jari guasu*), caso estejam vivos. A continuidade dessa sequência de apoios que constitui uma família extensa (*te'yi*) está em um apoio que é físico, representado como um lugar de origem, que foi atribuído a essa família (e, de fato, a todas as famílias kaiowa) no tempo das origens, após a destruição da superfície da Terra, por Ñanderu. O conjunto desses lugares de todas as famílias é parte constituinte da Terra (*Yvy*), entendida como universo, com todas as suas características morfológicas e com todos os seres aí existentes. Nesse complexo, o papel das famílias é procurar viver de modo harmônico, desenvolvendo o *teko porã*, e zelando para que esta parte do universo mantenha um bom estado de saúde.

Constata-se aqui que, para estes indígenas, o cuidado com a terra e a construção e a reprodução das normas morais e sociais estão intrinsecamente relacionados. O jogo de suportes tem seu encerramento na existência de um *jekoha* da Terra, que é representado



por uma grande cruz (cujas extremidades indicam os pontos cardeais), a qual é contornada por cruces menores, distribuídas ao longo da linha do horizonte.⁷⁰

Para as pessoas kaiowa, as atividades humanas estão imediatamente relacionadas ao destino do universo. Com efeito, a superfície da Terra está destinada a ser novamente destruída, pela última vez, vindo a ser habitada depois apenas por seres perfeitos. Nesses termos, a própria aceleração ou desaceleração desta fase final (denominada de *Ararapyre*⁷¹) em certa medida dependerá das ações dos próprios kaiowa – seja através da reprodução do seu estilo de vida (*teko*), seja por meio da atuação dos xamãs, nas relações mantidas com as divindades e com os demais seres invisíveis – como os *járy* (espíritos donos/guardiães), por exemplo (v. Mura, 2006).

Ao nos remetermos a Schaden (1974), este narra um movimento salvacionista ocorrido nos anos de 1950, promovido pelo xamã Pa'i Chiquito, dos *tekoha* Panambi e Panambizinho. Ocorria que, em consequência da instalação da Colônia Agrícola de Dourados pelo governo Vargas, as famílias indígenas, lideradas por aquele *ñanderu* foram obrigadas a permanecer em apenas 60 hectares de terra, que correspondiam a dois lotes da referida colônia. Este fato foi interpretado pelos indígenas como um atentado ao seu estilo de vida, passando, então, a demandar suas terras de volta. Ao não ser ouvido pelos não indígenas⁷², o xamã chegou à conclusão de que seria melhor acelerar o processo que levaria ao fim do mundo. Assim, preparou sua comunidade, em uma extenuante atividade ritual – de oração, cantos e dança – com o objetivo de ascender em vida aos patamares extraterrenos. Após alguns meses neste empenho, as famílias chegaram à conclusão de que a ascensão não ocorreria naquele momento. Tal fato, porém, não implicou numa descrença nas interpretações cosmológicas do grupo. De fato, é através dos rituais que esses indígenas buscam administrar as relações no universo, tentando, em momentos de dificuldade, recorrer a técnicas mágico-religiosas para compensar ou coadjuvar as atividades técnico-econômicas. Assim, décadas depois, frente à penúria e à descaracterização ecológica do exíguo espaço disponível às famílias indígenas, Paulito, um discípulo de Pa'i Chiquito, expressou-se do seguinte modo:

⁷⁰ Para maior aprofundamento deste tópico, ver Mura, 2006 e 2010.

⁷¹ Seria o fim do tempo-espaço do bom viver.

⁷² Brand (1997) refere os esforços em vão de agentes do SPI para conseguir mais lotes para os indígenas dentro da Colônia, esforços estes envidados justamente sob pressão das famílias indígenas dos *tekoha* Panambi e Panambizinho.

Después del azul (*hovy mboypýri*), todo lo que existe es gente. Un día *Ñande Ru*, Nuestro padre, nos mandó buscar leña, después del azul, pero allá sólo encontramos personas de cuerpo bien largo. Volvimos y *Ñande Ru* nos dijo que esas personas bien altas eran árboles para hacer leña. Entonces yo le di una hachada en la mitad de la pierna y ese cuerpo se cayó al suelo, todo cortado en pedazos de leña buena. De ella no sale humo, sólo sale llama. (Paulito, em Chamorro 1995: 51)⁷³.

Aqui, podemos constatar que os aspectos simbólicos e as práticas rituais são fundamentais para a administração das relações que se dão no cosmo. No entanto, seria equivocado pensar que estas podem vir a substituir as práticas técnico-econômicas. De fato, ao não realizarem uma distinção ontológica entre elementos ditos “naturais” e aqueles ditos “culturais”, para os Kaiowa, as concatenações no cosmo podem definir séries compósitas de ações mágicas e práticas, que pertencem ao mesmo domínio ontológico - muito embora os elementos mobilizados possam ser considerados como estando localizados em dimensões distintas do universo. Aqui, devemos observar que, na maioria das vezes, as atividades xamanísticas são voltadas para buscar reequilibrar forças, não sendo possível pensar que elementos procedentes de outras dimensões possam sempre substituir aqueles presentes na superfície da Terra – como no caso da lenha de que nos fala Paulito, no trecho citado. Nestes termos, podemos perceber que embora em momentos de crise os indivíduos possam enveredar para uma visão catastrofista do destino da vida na Terra, por outro lado, existe um movimento mais abrangente, que conduz na direção oposta, e que está associado à luta pela recuperação dos espaços territoriais de origem. Estas atitudes, que aparentemente são contraditórias, são, de fato, complementares, uma vez que a própria exigência de recuperação de espaços para continuar a reproduzir o modo de ser e de viver indígena é caudatária da consciência de que a vida na Terra pode acabar. É, contudo, do interesse das pessoas buscar frear ao máximo este processo inexorável, o que é possível através da atuação dos xamãs. Estes, buscam persuadir as divindades, sob o argumento de que ainda há kaiowa na Terra e que, embora sejam imperfeitos, continuam sendo os “irmãos mais novos” dos deuses. Nesses termos, os xamãs conclamam estes últimos, na qualidade de “irmãos mais velhos”, a cuidar de seus parentes mais frágeis⁷⁴.

⁷³ Com o termo “azul”, o xamã está se referindo ao “céu”, além dele existindo apenas os seres perfeitos, todos constituindo humanidades, em contraposição àqueles presentes na Terra, espaço dominado pela impureza e pela distinção de níveis de degradação, em relação ao período das origens, quando todos os seres eram homens e xamãs, em uma dimensão dominada pelas relações simétricas.

⁷⁴ Cf. a fala do xamã Atanásio Teixeira em Mura, 2006.

Constata-se, pois, que as relações com as divindades se constituem em fator determinante para esses indígenas interpretarem as condições de vida com as quais se deparam e, conseqüentemente, estabelecer formas de agir. Um meio fundamental para realizar este tipo de comunicação são os rituais, e, dentre estes, principalmente os *jeroky*. Os *jeroky* são realizados nos pátios das residências de chefes de famílias extensas, de líderes políticos ou, principalmente, de xamãs. Nestas cerimônias, o xamã (*ñanderu* ou, no caso feminino, *nãndesy*) e seus colaboradores/auxiliares (os *yvyrai'ja*) cantam e dançam em orações, em frente a um altar (*yvyra marangatu*), que pode ser permanente ou construído a propósito para a cerimônia, na direção do nascente – v. foto abaixo. Ele vai do pôr do sol ao amanhecer e é acompanhado por todas as pessoas (adultos, jovens e crianças) que aderiram ao convite feito por quem o promove; assim, dele pode vir a participar a comunidade política inteira. Há pequenos intervalos no *jeroky*, para



Yvyra marangatu e instrumentos rituais das comunidades de Mbarakay e Pyelito, na T.I. Jaguapiré.
Out/2010. Foto: Pablo A. Barbosa.

que as pessoas possam descansar um pouco e beber *kanguí/chicha* (a bebida fermentada, a base de vários vegetais, como já dito). Nesses intervalos, o xamã pode vir a comunicar ao público as conversas que estabeleceu com as divindades. Durante as etapas de levantamento de campo para este relatório, diversas vezes foram realizados *jeroky*, tanto na T.I. Limão Verde (sob comando do *ñanderu* Atanásio Teixeira), quanto na T.I. Jaguapiré (sob comando do *ñanderu* Luís Borvão), onde os integrantes do GT permanecemos algumas vezes.

Além dos *jeroky*, são realizados os *jeroky guasu*, que têm o mesmo formato que os primeiros, mas com uma variação de escala das relações e interações sociais, bem como seu público pode ser mais heterogêneo, ao proceder de vários lugares (*tekoha*). O *jeroky guasu* se caracteriza como um ritual de grande monta, de caráter excepcional e de tipo intercomunitário. Atualmente, ele é realizado sobretudo nos encontros das *aty guasu* (as assembleias intercomunitárias das quais participam os Kaiowa e os *Ñandéva* de todo o Mato Grosso do Sul). Os *jeroky guasu* se constituem também nos momentos privilegiados (embora não exclusivos) em que os xamãs anunciam o *tekorã*, isto é, o “futuro modo de ser e viver”, comunicado pelas divindades, e que é um fator de suma importância para nortear o comportamento das famílias indígenas. Nos últimos tempos, vê-se, pelas iniciativas empreendidas pelas comunidades de reocupar seus espaços tradicionais, que este tipo de comunicação tem evidenciado a necessidade de uma disposição incansável, para recuperar esses espaços, uma condição *sine qua non* para perpetrar e desenvolver o modo de ser e de viver kaiowa.

Deve-se observar que existem rituais voltados não apenas para estabelecer uma comunicação com as divindades, mas também para demonstrar a estas que está sendo feito um bom uso da terra. Este é o caso do *avatikyry* (também denominados de *jerosy*), que é a cerimônia destinada à bênção do milho branco (*avati moroti*) e das plantas novas (Melià et al., 1976; Chamorro, 1995; Thomaz de Almeida, 2001).

Conforme foi descrito na terceira parte deste relatório, os Kaiowa são um povo de tradição milenar na produção de alimentos procedentes da agricultura de coivara. Nestes termos, os cultivares foram, por longo tempo, fundamentais e centrais no desenvolvimento das atividades técnico-econômicas destes indígenas, passando a ser, portanto, objeto privilegiado de atividades rituais. Particularmente o cultivo do milho – e entre estes, o milho branco, cada vez mais raro, como dito aqui na parte IV – é apreciado por todos os grupos de fala guarani, adquirindo uma clara significação mágico-religiosa. Com efeito, a

espiga desta planta é equiparada a um ser humano, cujo desenvolvimento deve receber cuidados, em íntima relação com a terra em que é cultivado. Neste sentido, observa Mura:

As metáforas utilizadas pelos Guarani para indicar as características da Terra são geralmente ligadas ao corpo humano, onde as funções primárias de comer, descansar e alimentar passam a ser atributos importantes para sua fisiologia. Neste sentido, os índios permitem que a Terra se alimente durante o descanso previsto nas técnicas de coivara, mediante o qual haverá um reflorestamento espontâneo (denominado pelos índios de *ñemboka'aguyjevy*, ou seja, “deixar o mato voltar a crescer”), enquanto no lugar plantado será a própria Terra que alimentará os índios. Os rituais (como o *avatikyry*), por sua vez, permitirão que esta Terra não adoça, mantendo o equilíbrio nessa relação simbiótica (Mura, 2006, p. 104).

O *avatikyry* é um ritual que encerra um ciclo anual de vida, com a colheita do milho e de outras plantas. Ele propicia tanto a integração quanto a proclamação de um estado de bem estar econômico e social dos grupos. Contudo, como vimos antes, nas partes III e IV, devido aos poucos espaços disponíveis para as famílias indígenas e as dificuldades técnicas para plantar em condições desfavoráveis, a agricultura vem gradativamente perdendo seu primado enquanto atividade de maior produção de alimentos. No entanto, os Kaiowa insistem em continuar reproduzindo-a, uma vez que ela não é apenas uma fonte econômica, mas está intimamente relacionada com o modo de ser desses indígenas; e este modo de ser, por sua vez, está intimamente relacionado com a terra. Neste sentido, certas atividades agrícolas, como a produção do milho branco, passaram a ser atividades mais especializadas nos dias de hoje, ficando a cargo sobretudo de pessoas empenhadas em atividades rituais. Assim, elas se destinam a alimentar uma construção simbólica da realidade, atualizando a tradição de conhecimento kaiowa, e com isto contribuindo para a manutenção do equilíbrio do cosmo.

Uma última atividade ritual pública, que hoje muito raramente é praticada, é o *mita pepy* ou *kunumi pepy*, a cerimônia de iniciação masculina (Melià et al., 1976; Chamorro, 1995). Sua preparação é muito longa e laboriosa, e em geral vem a incorporar uma sequência de *jeroky* e um *avatikyry*. Durante este período de tempo, as crianças de sexo masculino permanecem isoladas, podendo ser vistas e auxiliadas apenas por adultos também do sexo masculino, já iniciados. Na sua fase final, é feito um furo na parte inferior dos lábios dos neófitos, no qual será inserido o *tembeta*, um adorno de resina, que é usado também pelos deuses masculinos.

Há que se colocar em destaque o fato de que embora todos os Kaiowa indiquem este ritual como fundamental para a formação de um “kaiowa autêntico”, e lamentem que a

cerimônia está se perdendo – o que estaria a indicar um processo inexorável do fim do mundo –, ao longo do século XX foi havendo um sistemático abandono do *kunumi pepy*. Este fato, porém, não pode ser considerado como um abandono ou enfraquecimento da práxis mágico-religiosa destes indígenas. Ao contrário, no processo de luta pela recuperação da terra, é possível perceber que as pessoas demonstram a vitalidade de seus ritos e a capacidade de adaptação das relações cosmológicas, administradas pelos xamãs, às condições do presente – como já indicamos em diversas ocasiões neste estudo. O abandono parece estar mais vinculado a fatores de mudança geracional e a estratégias indígenas, inclusive nas relações interétnicas. Do ponto de vista especificamente da passagem de uma condição de vida infantil para a adulta, as pessoas já a definiam também a partir de sinais biológicos, fortemente carregados de valor simbólico: no caso dos indivíduos de sexo masculino, a mudança de voz era este elemento de definição; e no caso feminino, a primeira menstruação. De fato, neste segundo caso, nunca houve um ritual específico de passagem. O *kunumi pepy*, neste sentido, poderia ser considerado mais um ritual de instituição (Bourdieu, 1996) do que propriamente de passagem, que remarcaria a condição privilegiada do sexo masculino. Outro aspecto que é relevante aqui é a divisão sexual do trabalho. Atualmente, atividades como a *changa* e o engajamento no corte da cana nas usinas de álcool, preponderantes dos homens, parecem justamente ter passado a desempenhar esta função de marcar a passagem para a vida adulta (cf. Thomaz de Almeida, 2001 e Mura, 2006).

Consideremos agora as atividades mágicas de ordem doméstica, que, em não sendo caracterizadas por uma dimensão pública, referem-se fundamentalmente ao cotidiano. Estas atividades se viabilizam através de um tipo de oração denominada *nembo'e tihã*, que é proferida para que as atividades técnicas e econômicas ocorram com maior eficácia. Com ela, busca-se o auxílio e as graças dos *járy* (espíritos-donos e guardiães dos seres e dos objetos do universo). É através de *ñembo'e tihã* que tenta-se persuadir, por exemplo, Kagui Járy (o “dono do mato”) a permitir a coleta de lenha e de materiais para construir ferramentas e residências, bem como So’o Járy (o “dono dos animais de caça”) a possibilitar que as presas caiam nas armadilhas ou possam ser abatidas com armas (como flechas e, atualmente, espingardas), entre outros *járy*. De modo diverso dos *ñengáry* – que são orações exclusivas dos xamãs e obtidas diretamente das divindades –, os *ñembo'e tihã* são adquiridos durante o processo educativo-experiencial realizado no seio da vida doméstica. São os parentes adultos que, acompanhados pelos jovens em suas atividades

cotidianas, transmitem a estes últimos as técnicas e mágicas necessárias para a realização de tais atividades. Nesse fazer, o território (através do trânsito por ele) e o conhecimento pormenorizado dos elementos que o compõem (como matas, campos, rios, e, hoje, também estruturas e equipamentos de fazendas, bem como o próprio meio urbano) tornam-se objeto da formação do indivíduo kaiowa, permitindo-lhe situar-se no mundo em termos práticos e simbólicos, segundo os preceitos da tradição de conhecimento indígena.

Como conclusão deste item, é importante colocar em destaque o fato de que, para os Kaiowa (e os Guaraní em geral), o epicentro das atividades práticas e rituais é constituído pelo pátio das residências. É a partir deste espaço que as pessoas se lançam para o território mais amplo, através de redes capilares de trilhas, denominadas *tape po'i*, criando um circuito de atividades de coleta e de mútua visitação entre parentes. É também o espaço doméstico o lugar a partir do qual os parentes todos reunidos buscam estabelecer, através dos *jeroky*, a comunicação com as divindades. Nestes termos, diferentemente de outros povos indígenas, os Kaiowa não criam centros cerimoniais específicos. Tampouco atribuem a determinados acidentes geográficos o papel de santuários, aonde se ir para desenvolver cerimônias e rituais. Tal fato não implica que não existam lugares específicos sacralizados, testemunhos de determinados eventos na história do cosmo. O Cerro Guasu (do espanhol “cerro” = monte, montanha, e *guasu*), localizado em território paraguaio, é uma demonstração disso, sendo indicado pelos kaiowa como o umbigo da Terra (*Yvy Pyte*), ponto de antiga comunicação com as outras dimensões do universo e que foi fechado no tempo das origens. O que se quer salientar é que para uma família (sempre extensa), bem como para toda comunidade política kaiowa, o importante é estar bem apoiada em seu *jekoha* de origem, que é o lugar que lhes foi atribuído no tempo das origens pelas divindades e pelo o qual têm o dever cósmico de zelar, dele fazendo o melhor uso possível e realizando o *teko porã* (correto modo de ser e de viver), de modo a diminuir o ritmo do fim inevitável do mundo.

No que tange às práticas relativas à morte e portanto ao desaparecimento de um indivíduo tanto do seu mundo físico quanto social, reproduzimos abaixo as observações registradas pelo padre Müller, sacerdote da congregação do Verbo Divino, que a partir de 1908 passou a desempenhar trabalho missionário no Paraguai. Ali ele observou os Chiripá e os Pañ (ou Paí, denominação abreviada para “Paítavyterã”), isto é, os grupos correspondentes, no lado paraguaio, respectivamente, aos ñandéva e aos kaiowa, do lado brasileiro.

Se morre um membro da família, se reza ao longo de alguns dias a Tupã sobre a tumba, para que não sigam ocorrendo outros casos de morte e para que a alma do falecido não moleste aos sobreviventes.

Sobre a tumba se mantém um fogo e por aproximadamente uma semana se coloca comida e bebida sobre a tumba. Geralmente o enterro tem lugar na casa do falecido, aproximadamente a um metro de profundidade soba a terra. Se o Paí [a pessoa] morre fora da casa e é enterrado fora desta, então se deve colocar por cima de sua tumba um teto protetor. Ao morto, se lhe agrega na tumba todo o seu haver pessoal [...]. Por isso não há entre eles direito sucessório. (Müller, DATA, p. 30; tradução nossa).

Desse trecho – que encontra aportes praticamente idênticos, com algumas poucas variações contextuais e outros detalhes, na obra dos Grünberg e Melià, feitos a partir de pesquisas dos autores já em meados dos anos 1970 entre os mesmos “Paí” (Melià et al., 1976, p. 254-55) – importa-nos destacar a correspondência com relatos obtidos dos informantes de que antigamente o enterro era feito na própria casa do falecido.

Entre os grupos de fala guarani em geral, a morte implica cuidados excepcionais para com a “alma” do falecido. Na verdade, cabe observar que, grosso modo, enquanto ser completo, a pessoa é composta pelo menos de duas diferentes almas. A alma que corresponde à identidade pura e divina da pessoa (denominada *ñe’e* [= fala] e expressa como *ayvu* [= pássaro]), a qual, após a morte do corpo, retornará ao patamar celeste de onde é originária. No que tange à segunda alma (o *anguê* ou *anguêry*), ela é considerada aquela que se carrega das vicissitudes e impurezas da vida na terra; é a que constitui a sombra da pessoa e, com o falecimento do corpo, torna-se um potencial perigo aos vivos. Deve haver todo um cuidado ritual para que esta segunda alma não provoque males aos vivos; caso contrário, ela pode impingir-lhes doenças e mesmo a morte, sendo tida como geradora também dos suicídios. Por tal motivo, outrora, com espaço à disposição, se queimava a casa do falecido e seu grupo familiar se transferia para outro lugar.

Um conjunto de fatores – como a intervenção dos modos não indígenas de proceder aos sepultamentos, e a cada vez maior dificuldade de queimar a casa e transferir-se, dentro das aldeias superpovoadas – levou à definição de um espaço único para sepultamento de todos os que habitam uma determinada terra indígena: o cemitério. Essa concentração física dos corpos dos mortos – algo novo para estes indígenas – é equacionada com os procedimentos e a relação com o morto permanecendo nos limites do seu específico grupo político e de parentesco.

É importante destacar o imperativo da ligação inextricável com a terra à qual esta pessoa pertenceu em vida, tornando-se a lembrança do falecido e os seus despojos

mortais parte do patrimônio simbólico daqueles vivos que constituem a sua comunidade política de pertencimento. Sepultar a pessoa numa terra com a qual não guarda uma relação de identidade, ou seja, à qual ela não pertence, constitui uma anomalia de difícil equação em termos cosmológicos e espirituais para os vivos, constituindo-se em algo que deve ter, em algum momento, conserto para que o ordenamento sociocosmológico se torne aquele que deve ser, o correto.

Por constituírem um indício significativo e materialmente visível da ligação dos indígenas com seu território, uma prática comum que e generalizada que se estabeleceu foi os proprietários não indígenas destruírem as sepulturas (*yta*) que se encontravam nos limites de suas posses adquiridas (e tornadas estabelecimentos rurais: as fazendas), fato que provocou grande insatisfação e preocupação entre os indígenas também de modo generalizado, com um caso destes vivamente relatado entre habitantes da T.I. Iguatemipegua I – como se viu na Parte II deste RCID.

Por fim, conforme esperamos ter ficado claro ao longo deste relatório até aqui, todo esse complexo cosmológico apresentado, em suas particulares atividades e características, se revelam de modo vívido no cotidiano de cada pessoa (e comunidade) que se reconhece como pertencente às microrregiões (*tendápe*) da T.I. Iguatemipegua I. Foram vários os exemplos aqui trazidos, de modo a evidenciar este fato e é por tais motivos que estes espaços são necessários e imprescindíveis para a reprodução física e cultural destas mesmas pessoas e comunidades kaiowa. De modo mais preciso, as áreas necessárias à reprodução física e cultural das famílias kaiowa conformantes da Terra Indígena Iguatemipegua I, segundo seus usos, costumes e tradições, são aquelas abrangidas na área compreendida pelos córregos Mandiy, Ypane e Siriguelo, pelo rio Mbarakay e por todas as demais nascentes e cursos d'água conexos que compõem as microbacias dos rios Pytã e Hovy (por sua vez, constituintes da bacia do rio Iguatemi).

Proc. nº 82252/12
Fls. 452
Rúbrica Cloume

PARTE VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Parte VI – Levantamento Fundiário

Nos termos da Portaria 14/1996-MJ, nesta parte serão abordados os seguintes elementos: a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios; b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s); c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem; d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

Como visto na Parte I deste relatório, a colonização do cone sul do estado de Mato Grosso do Sul revelou um processo de ocupação das terras por não indígenas iniciando-se em meados da década de 1830 – com migrações do norte de Mato Grosso, bem como posteriormente, de Minas Gerais e São Paulo (Corrêa, 1999) –, mas consolidando-se já nas primeiras décadas do século XX, na esteira do fim do monopólio obtido pela Companhia Matte Larangeira.

A exploração da erva mate e o estabelecimento de fazendas foram responsáveis pelo desenvolvimento de infraestruturas urbanísticas (lojas, mercearias e mercados, bancos, escolas, postos de saúde), o que acabou por dar lugar à constituição de arraiais e centros urbanos, de dimensões e portes variados. O núcleo urbano de relativo porte mais antigo da região é Ponta Porã, cidade fronteiriça com Pedro Juan Caballero (Paraguai), cujo município atualmente conta (segundo dados do IBGE de 01/07/2005) com 67.190 habitantes. Dourados, a segunda cidade mais importante do estado (depois da capital, Campo Grande), cujo município tem 183.096 habitantes, até os anos de 1930 era apenas um distrito do município de Ponta Porã, constituindo um povoado. Entrados os anos de 1940 ocorreu a emancipação do município de Dourados, que nos anos de 1950 viu serem abertas estradas que permitiram a ligação e comunicação com diversos pontos, ocorrendo um grande incremento à produção agrícola e um concomitante crescimento populacional, devido à migração, especialmente de gaúchos.

O estado de Mato Grosso do Sul como um todo, e seu cone sul em particular, sofreu um desmatamento progressivo em sua superfície, havendo, além de alguns investimentos em café, a formação de grandes extensões de pasto de modo generalizado, no correr dos anos 1960, mas com grande parte das matas ainda se mantendo conservadas até os primeiros anos da década de 1970. Durante esta década foi que se procedeu a um

desflorestamento, este sim quase total, da região, num período em que se efetivava a implantação, de modo maciço, da cultura extensiva da cana e mormente da soja, ao mesmo tempo em que se acentuava a mecanização da agricultura. Por seu turno, a extração madeireira também passou a se apresentar como atividade altamente rentável nesta década. Na Terra Indígena Jaguapiré (município de Tacuru) há muitos índios que lembram que ainda nos anos 1980 trabalharam para a derrubada de mato na região. As grandes e muitas empreitadas para derrubada do mato foram levadas adiante através da figura do empreiteiro (o “gato”), aquele que gerenciava o trabalho e subcontratava os índios.

A maior parte desses empreiteiros foi de cidadãos paraguaios – repetindo o que ocorrera na exploração da erva. Assim sendo, num primeiro momento, muito embora a terra tivesse sido recortada e titulada em propriedades particulares (as fazendas), muitas porções dela permaneciam inexploradas. Nos relatos de regionais é corrente a afirmação de que, quando imperavam as matas, se ouvia o rugir de onças, indicando que estes espaços não eram frequentados por não índios. Assim, se houve inúmeros casos de expulsão de famílias indígenas, houve também fazendeiros que não consideraram que aquelas que viviam em “suas” terras representassem empecilho, mas, ao contrário, as mantiveram onde se encontravam.

Em relação ao *tekoha* Pyelito, os entrevistados (kaiowa) remeteram sua saída compulsória de Pyelito aos anos de 1940 e a 1950, sendo que o deslocamento mais significativo deu-se já durante os anos de 1970. A lembrança desses indígenas é que três irmãos de sobrenome Nogueira (isto é, Oscar, Filomeno e João) foram os primeiros não índios a se apresentarem como proprietários nos espaços do *tekoha* Pyelito. Outro parente dos Nogueira (cunhado destes) era Fortunato Fernandes, que se tornou proprietário de uma fazenda, incluída no território do *tekoha* Pyelito: a Maringá.

Filomeno Nogueira é aquele mesmo que encontra-se referido em documentos do SPI como “Philomeno Nogueira” – como por exemplo, no “telegrama de nº 1738”, do dia 3 de agosto de 1942, destinado a Dayem Pereira (chefe do Posto Indígena Benjamim Constant), onde pedia que o funcionário tomasse “*providências no sentido de mandar retirar de minha propriedade ‘Santa Rita’ uma turma de índios que ali se acham. Pois estão me prejudicando na minha referida propriedade*” (Museu do Índio, SPI, Microfilme 015-F, Planilha 231, destaque nosso).

Ainda nos registros do SPI há um documento onde revela que nos anos 1940 havia um grupo de 215 índios vivendo em terras do *tekoha* Pyelito que passaram a ser requeridas

por um “particular” (chamado Antônio Lopes), que havia encaminhado um pedido de titulação sobre 500 hectares de terra, obtendo, ao fim e de fato, sem que se tenha conhecimento de por quais motivos, uma parcela bastante maior: de 2.000 hectares. Uma vez alcançada a titulação, Antônio vendeu as terras a Philomeno.

Segundo os informantes, Philomeno Nogueira foi promovendo uma fragmentação da propriedade sobre a terra, provocando com isto o aparecimento de vários outros ocupantes não indígenas – entre estes, um cidadão paraguaio, de nome Moisés. Os irmãos Alcebiades Vargas e Elcílio Vargas (ou “Delcílio”), junto com seus genros Aníbal Ramos e Ubaldo Porto, também foram referidos como tendo se apropriado de outras microrregiões que compunham o território de Pyelito.

No que concerne especificamente à microrregião denominada Pyelito, foi por pressão direta do paraguaio Moisés que os Kaiowa que aí viviam tiveram que deixar o local. Entretanto, Elcílio Vargas, que havia se instalado na microrregião de Ysau (vizinha da microrregião Pyelito), ao invés de expulsar as famílias que lá viviam, atuou no sentido contrário, visando atrair aqueles que haviam sido expulsos de Pyelito. Como se pode perceber a partir dos documentos pesquisados, esse convite respondia, sobretudo, à necessidade de mais mão de obra para o trabalho agrícola. Os Kaiowa são unânimes em afirmar que Elcílio Vargas difundia em toda a região que todos aqueles de Pyelito que quisessem poderiam se mudar para o Ysau, pois aí seriam acolhidos e teriam trabalho. Sua intenção era garantir, o máximo possível, uma mão de obra indígena que podia flutuar.

Neste sentido, observa-se que a intensidade da pressão e dos conflitos sobre Pyelito variou durante os anos, conforme os títulos de propriedade foram sendo subdivididos. Ao passar das mãos de apenas uma pessoa às de várias outras (ou seja, vários “particulares”), a subdivisão dos títulos causou uma forte pressão e atingiu a dinâmica territorial interna das famílias kaiowa de Pyelito, que viram-se obrigadas a ir se transferindo de uma microrregião para outra, se instalando nas já fazendas, por períodos mais ou menos longos de trabalho para o novo patrão, branco, ou mesmo a se afastarem do *tekoha* Pyelito, indo para as reservas criadas pelo SPI (mormente a de Sassoró). Assim, uma vez subdividido o lote e ocupada a área por vários requerentes, a permanência das famílias kaiowa ficou gravemente ameaçada e por vezes inviabilizada.

Entre os não índios que ainda se tornaram ocupantes de terras no Pyelito, Floriano Moreira foi referido como tendo se estabelecido nesse *tekoha* e expulsado diversas famílias indígenas. O esforço desse fazendeiro encontrou auxílio na atuação de um funcionário do

SPI, o senhor Laim Pereira, que, como recordam os informantes, dizia que a área de Pyelito já havia sido vendida e que eles deveriam sair “*entero*” (ou seja, “inteiro”, “todos”).

Em relação aos espaços constituintes propriamente do *tekoha* Mbarakay, viu-se que que por volta de meados dos anos de 1950, na microrregião denominada Mba’e guay instalou-se o não índio de nome Vidal Amaral. Mba’e guay localiza-se de modo central no *tekoha* Mbarakay e era onde à época vivia a família chefiada pelo *tamõi* (isto é, cabeça de família de três gerações) Major Gonçalves. Não tardou para o fazendeiro Vidal soltar seus bois pelo Mba’e guay, numa estratégia bastante comum na época. Ocorre que, antes de Vidal ali chegar, os Kaiowa residentes, além das roças, possuíam também algum gado e porco, além de alguns cavalos, aos quais Vidal Amaral juntou seus próprios animais, de modo a misturá-los e confundí-los com aqueles dos indígenas. Perante o descontentamento dos kaiowa, o fazendeiro afirmava que se estes estivessem descontentes com suas atitudes, poderiam se mudar. Foi então que o *tamõi* Major Gonçalves deslocou-se com sua família para a microrregião chamada Souza Kue, onde já se encontrava outra família kaiowa, chefiada por Leandro Martins. Este último, por seu turno, lembrou-se de que anteriormente (quando ainda era rapaz, isto é, *mitã rusu*), homens da família não indígena Aquino assenhorearam-se de diversas microrregiões de Mbarakay; assim, Alitre e Selvino Aquino apossaram-se da microrregião “Maci Kue”, momento em que a família de Leandro teve que sair de lá, indo justamente para a microrregião Souza Kue.

Devido a esses deslocamentos todos, na microrregião Mba’e guay ficaram, de fato, aqueles que aceitaram prestar serviços para Vidal. Já por conta da coação de outro não índio, de nome Dingo Silveira, que se instalou também no que é reconhecido como a região de Mba’e guay, o indígena filho de Major Gonçalves (Aristides Gonçalves) e sua mãe acabaram indo para a T.I. Sassoró. Contudo, devido à necessidade de mão de obra, posteriormente Dingo incorporou Aristides e seu irmão, já no trabalho “na diária” (isto é, trabalho remunerado por dia).

Já para fins da década de 1960 chegou à microrregião denominada Yvu Pochy Guasu (literalmente, “mina [d’água] grande e brava”) o não índio conhecido como Otacílio. Anteriormente à chegada desse ocupante, sempre no Yvu Pochy, alguns kaiowa trabalhavam na derrubada de mato para o “gato” (isto é, empreiteiro) José Escobar. Com Escobar já explorando a mão de obra indígena, a partir da chegada de Otacílio, este se aliou a Escobar para a retirada e comércio de madeira. Dentre os que trabalharam para

Escobar estava Rondon Rodrigues (filho de Bringo e pai de Adélio). Em outro momento, tanto Rondon quanto seu irmão, Orcídio Lopes Rodrigues, foram trabalhar com outro fazendeiro, o Breda, que se instalara e derrubara o mato na microrregião de Tapesuaty – isto quando Orcídio tinha pouco mais de 20 anos, ou seja, no fim dos anos de 1950. Orcídio conta que saiu do lugar, mas Rondon ficou, com sua mãe – só que não mais podendo fazer roça nem criar animais para si. Orcídio foi com a esposa para a reserva de Sassoró, onde seu sogro estava residindo.

A família de Adélio Rodrigues se viu obrigada a se retirar do *tekoha* em meados de 1970, mas outras famílias kaiowa lá permaneceram. No ano de 1974, após serem expulsos pelo fazendeiro Otacílio, missionários da Missão Evangélica Kaiowa iam a Mbarakay para buscar os indígenas de caminhonete e levá-los para a reserva de Sassoró.

Sumarizando, como se constata, as famílias kaiowa entrevistadas pertencentes ao *tekoha* Pyelito, bem como aquelas pertencentes ao *tekoha* Mbarakay ocupavam os espaços constituintes da T.I. Iguatemipegua I sem serem importunadas em suas vidas e atividades por não indígenas; no primeiro caso, até inícios da década de 1940 e no segundo, até os inícios dos anos 1950. Seus relatos revelam, de modo coletivo, que foi a partir daqueles respectivos momentos que se viram premidas por não índios, que, ao se apossarem dos espaços territoriais aqui em questão, passaram a assumir estratégias distintas, seja incorporando-as como mão de obra, seja expulsando-as das terras. Ocorria ainda de mesmo as famílias incorporadas como mão de obra se desentendessem com o patrão e fossem então expulsas das fazendas.

O retorno para a terra, porém, se deu em um significativo número de casos, já no trabalho para outros patrões, muitas vezes herdeiros dos primeiros. Tal estado de coisas revela uma persistência das famílias em permanecerem na posse dessas terras. O esbulho sofrido, em grande número de casos, teve a participação de agentes do órgão indigenista oficial e, no caso da comunidade de Mbarakay, também de missionários.

Foi também possível perceber que o desenvolvimento de atividades agropecuárias constituiu-se no grande motor de ocupação de todo o cone sul do estado, nas assim chamadas frentes pioneiras, que ao longo do tempo foram fomentadas por diversos governos. Na região conformada pela bacia do rio Iguatemi (incluindo a microbacia do rio Hovy [ou “Jogui”, nos termos oficiais], conformadora da presente T.I. Iguatemipegua I), tais atividades realizam-se de modo fundamental através da pecuária extensiva – de fato, a atividade que melhor aí se consolidou –, tendo lugar também o cultivo de grãos, como

milho e trigo, sendo que a soja foi se tornando o produto de grande destaque. Mais recentemente, o cultivo de cana de açúcar vem sendo introduzido de modo paulatino, em grande medida devido à política nacional de biocombustíveis, impulsionada nos últimos anos, havendo perspectivas crescentes de expansão. Para dar conta desta perspectiva de produção, temos um panorama de predominância de grandes imóveis (as fazendas), dedicadas à monocultura, com infraestruturas construídas de modo apóposito – para produção de campos de pastagem, mangueiras, para contenção e controle do gado, e amplas áreas para cultivo.

Neste quadro, os espaços (microrregiões – ou *tendápe*, em guarani) que compõem a T.I. Iguatemipegua I se encontram no que veio a se constituir como o município de Iguatemi, caracterizado por uma economia com base na agropecuária, com a grande ênfase na produção monocultora (voltada para o comércio e a exportação) sendo determinante para o modo de exploração da terra.

O povoamento de Iguatemi teve início a partir do Forte Iguatemi (construído entre 1765 e 1770), que foi destruído em ataques das forças do Paraguai, em 1777. Em 1948 foi elevado a distrito e o município foi criado em 1963. No ano de 2007 ele apresentou uma produção de 33.600 ton. de soja em grão, 29.200 ton. de milho em grão e 375 ton. de feijão em grão (IBGE). A produção de gado bovino é uma grande marca sua: em 2011 apresentava um rebanho de 282.985 cabeças (fonte: IBGE). Em contraste, sua população humana em 2010 era de 14.875 hab., distribuídos em 2.946.524 km² (IBGE); a relação pop./território é, assim, de 5,05 habitantes/km².

A população indígena originária dos espaços territoriais da T.I. Iguatemipegua I, situados no hoje município de Iguatemi encontra-se, porém, concentrada no hoje vizinho município de Tacuru, maciçamente na T.I. Sassoró (instituída em 1928 pelo SPI) e em menor proporção na T.I. Jaguapiré, mas também nas T.I.s Amambai e Limão Verde (no município de Amambai), ambas igualmente instituídas pelo SPI nas primeiras décadas do século XX.

O panorama fundiário atual é resultado do processo de décadas de expropriação da terra praticada contra os Kaiowa⁷⁵, descrito nas primeira e segunda partes do presente RCID. Ao longo do tempo e chegando aos dias de hoje, além dos ocupantes não indígenas que habitam o próprio estado de Mato Grosso do Sul, o quadro ocupacional incidente na

⁷⁵ Processo de expropriação este que tem o significado de *esbulho renitente*, conforme entendimento do Ministro Carlos Ayres Britto no caso do julgamento de Raposa Serra do Sol (PET 3388).

T.I. Iguatemipegua I encontra indivíduos que são oriundos de outros estados do país, mormente o Paraná e São Paulo, sendo que, nesses casos, a residência é em geral fixada justamente nestes estados.

No que tange aos estudos de natureza propriamente cartorial e fundiária que foram realizados⁷⁶, chegou-se aos seguintes dados:

Foram detectados 46 imóveis na T.I. Iguatemipegua I, sendo que destes foi obtida a área aproximada de 31 imóveis (por declaração de titulares ou de proprietários), que em conjunto somariam em torno de 32.253 ha, ou uma média de 1.040 ha por imóvel ou parte deste incidente no Iguatemipegua I. No total, este tamanho médio deve cair, uma vez que são 46 imóveis em 41.400 ha, o que representa 900 ha, de onde ainda tiram-se estradas e rios. Considerando apenas a porção do imóvel inserida TI ora delimitada, a menor extensão é de 48 ha e a maior, de 5.339,4950 ha.

Apenas em 13 casos o grupo técnico foi informado sobre o tempo de ocupação pelo atual titular. Este tempo variou de meio ano até 60 anos. Em 28 casos obteve-se o número de famílias e pessoas que moram no imóvel, computando-se tanto padrões quanto empregados. São 65 famílias com, aproximadamente, 198 pessoas. Em apenas 04 casos o titular reside no imóvel sendo comum, entretanto, em muitos imóveis que ele permaneça por dias no mesmo devido ao manejo de gado ou outra atividade agropecuária, não configurando moradia permanente ou provisória. Parte importante dos titulares reside no Paraná, e ao menos quatro imóveis são de pessoa jurídica.

As benfeitorias mais comuns são pastos e cercas, passando por currais e outras benfeitorias produtivas voltadas à pecuária de corte. Nas sedes existem casas para funcionários, galpões para insumos e máquinas e casas sedes. Na área como um todo existem cerca de 85 km de estradas cascalhadas, públicas. Em alguns imóveis há estradas particulares ou estradas de acesso compartilhadas com outros imóveis.

Registre-se que a avaliação detalhada das ocupações e benfeitorias será realizada após a expedição da portaria declaratória da Terra Indígena Iguatemipegua I, com vistas ao pagamento de indenizações, na forma da lei (sic). Foi realizada consulta ao Cartório de Registro de Imóveis de Iguatemi. As informações solicitadas, no entanto, não foram enviadas à Funai até o presente momento.⁷⁷

Assim sendo, a respectiva “*Relação de ocupantes não indígenas*” é apresentada a seguir.

⁷⁶ Coordenados por Marcelo Antonio Elihimas, engenheiro agrônomo, da FUNAI.

⁷⁷ Trata-se aqui, mais precisamente, de meados do mês de novembro de 2012.

RELAÇÃO DE OCUPANTES NÃO INDÍGENAS

RELAÇÃO DE OCUPANTES NÃO INDÍGENAS DA TERRA INDÍGENA IGUATEMPIEGUA I

Nº	NOME DO OCUPANTE	MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP.	ÁREA DO IMÓVEL INCIDENTE NA TI (ha)	Nº PESSOA
01	DANTE LUIZ PREVIO	IGUATEMI	FAZENDA SÃO JOAQUIM II	NÃO	NINF	NINF	NINF
02	SERGIO AURÉLIO PAZINATO	IGUATEMI	FAZENDA SÃO JOAQUIM I	NÃO	39 ANOS	897,0000	11
03	WALDIR VIEIRA DA SILVA	IGUATEMI	FAZENDA SÃO PAULO	NÃO	NINF	480,0000	3
04	ITAMAR JOVE JELEVISCO	IGUATEMI	FAZENDA OLHO D'ÁGUA	NÃO	NINF	NINF	NINF
05	PAULO P. FILHO	IGUATEMI	FAZENDA SÃO PEDRO	NÃO	NINF	NINF	NINF
06	AGROPECUARIA MARAGOGIPE	IGUATEMI	FAZENDA SOUZA CUE	NÃO	NINF	1440,0000	4
07	NEDI SALDANHA VARGAS	IGUATEMI	FAZENDA MARINGA	NÃO	NINF	NINF	NINF
08	SEBASTÃO GERONIMO	IGUATEMI	FAZENDA GRALHA AZUL	NÃO	NINF	576,0000	NINF
09	NÃO IDENTIFICADO	IGUATEMI	FAZENDA IBITUNA	NÃO	NINF	NINF	NINF
10	ILARIO PARISE	IGUATEMI	FAZENDA PARISE	NÃO	NINF	NINF	2
11	NÃO IDENTIFICADO	IGUATEMI	FAZENDA SERIGUELO	NÃO	NINF	NINF	NINF
12	SEBASTÃO MOLOGNI	IGUATEMI	FAZENDA PROMISSÃO	NÃO	NINF	242,0000	NINF
13	JOÃO MORGATO	IGUATEMI	SATURNO I	NÃO	NINF	NINF	NINF
14	JAIME KIVES	IGUATEMI	FAZENDA ARON KIVES	NÃO	NINF	NINF	NINF
15	MARIO SOMENZI	IGUATEMI	FAZENDA RIBEIRÃO BONITO	NÃO	NINF	NINF	NINF
16	ONÉLIO F. MENTA	IGUATEMI	FAZENDA SANTA ROSA DO MARACAY	NÃO	NINF	NINF	NINF
17	AFONSO DE TAL	IGUATEMI	FAZENDA JARAGUA	NÃO	NINF	NINF	3
18	EUNICE BREDÁ	IGUATEMI	FAZENDA RENATA	NÃO	NINF	NINF	3

Proc. nº 82262/12
462
Rubrica Cloume

19	NÃO IDENTIFICADO	IGUATEMI	FAZENDA IPANEMA	NÃO	NINF	NINF	NINF
20	AUREO CAVALHEIRO DA COSTA	IGUATEMI	FAZENDA AURORA	SIM	60 ANOS	163,0000	2
21	GERALDO PELACANI	IGUATEMI	FAZENDA CAROLINE	NÃO	NINF	388,0000	4
22	ARMANDO FISCHER	IGUATEMI	FAZENDA FISCHER	NÃO	NINF	NINF	5
23	RICARDO DE TAL	IGUATEMI	FAZENDA VERA CRUZ	NÃO	NINF	2420,0000	5
24	HERMINIO MARCOS MOLERO	IGUATEMI	FAZENDA SÃO JUDAS TADEU	NÃO	NINF	1691,9217	1
25	CARLOS TREVISAN	IGUATEMI	FAZENDA TRES RIOS	NÃO	06 ANOS	1114,4157	12
26	JOSÉ MENDES ARCOVERDE	IGUATEMI	FAZENDA SANTO ANTONIO	NÃO	NINF	487,1170	4
27	ANTONIO HAAS	IGUATEMI	FAZENDA ARGUS	NÃO	NINF	743,9269	14
28	AGROPECUARIA VALPARAISO	IGUATEMI	FAZENDA TORLANDO III	NÃO	03 ANOS	1639,3169	5
29	JOÃO PAULO RIBEIRO BELLE CARLOS HENRIQUE RIBEIRO BELLE	IGUATEMI	FAZENDA NOVA ERA	NÃO	40 ANOS	2372,6167	13
30	ANTONIO JOÃO REINO MORILLO	IGUATEMI	FAZENDA AM	SIM	03 ANOS	517,1699	10
31	CAIO PERDIGÃO COIMBRA E MARCELO PERDIGÃO COIMBRA	IGUATEMI	FAZENDA VISTA ALEGRE	NÃO	NINF	5839,4951	25
32	ISAIAS DE LIMA	IGUATEMI	FAZENDA CACHOEIRA-PARTE	NÃO	02 ANOS	312,4479	4
33	AGROPECUARIA SANTA CRUZ	IGUATEMI	FAZENDA CACHOEIRA	NÃO	NINF	2387,4797	NINF
34	RUBENS ITAMAR	IGUATEMI	FAZENDA SATURNO II	NÃO	02 ANOS	364,9417	NINF
35	JOVEGELEVICIUS E OUTROS	IGUATEMI	FAZENDA TRES AMIGOS	NÃO	NINF	856,2399	NINF
36	JUAREZ DALPASQUALE E	IGUATEMI	FAZENDA DALPASQUALE	NÃO	NINF	506,0000	2

Proc. n° 82052/12
463
Rubrica Cloume

37	OUTRO	IGUATEMI	FAZENDA UNIÃO	NÃO		NINF	483,0000	NINF
38	EDNILSON CORREA INGRED MARIA JORGE E RENATA JORGE	IGUATEMI	FAZENDA AVIAÇÃO	NÃO		NINF	971,0000	3
39	VALMIR JOSE BREDA	IGUATEMI	FAZENDA CASCAVEL I	SIM	51 ANOS		626,0000	16
40	CELSON F.	IGUATEMI	FAZENDA RANCHO ELDORADO	NÃO	06 MESES		317,0000	3
41	MAURO AGUIAR RIBEIRO	IGUATEMI	FAZENDA SOJA (PARTE DA GUAVIRÁ)	NÃO	NINF		159,0000	NINF
42	JOSÉ MENDES ARCOVERDE	IGUATEMI	FAZENDA SANTA RITA	NÃO	NINF		2008,0000	25
43	DORVILLE PIRES DOS SANTOS	IGUATEMI	SITIO CABECEIRA DO SEGREDO	SIM	69 ANOS		48,0000	2
44	OSMAR LUIS BONAMIGO	IGUATEMI	FAZENDA CAMBARÁ	NÃO	NINF		762,0000	4
45	OSWALDO FERREIRA JUNIOR	IGUATEMI	FAZENDA COROAVES	NÃO	30 ANOS		1150,0000	11
46	NILSON LUIS ROTTINI	IGUATEMI	FAZENDA SANTA MARIA	NÃO	05 ANOS		290,4000	2
TOTAL GERAL							32.253,49	65
NINF= NÃO INFORMADO.								

Proc. nº 82252/12
Fls. 464
Rúbrica Clair

PARTE VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Parte VII – Conclusão e Delimitação

Em conclusão deste Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da T.I. Iguatemipegua I, sempre seguindo os termos da Portaria 14/1996-MJ vimos apresentar a proposta de sua delimitação, bem como as razões de embasamento de tal proposta.

Iniciamos, pois, por ressaltar que para as famílias dos *tekoha* Pyelito e Mbarakay é um fato dado o de que pertencem aos espaços (microrregiões/*tendápe*) que constituem esses *tekoha*, espaços estes nos quais exclusivamente se reconhecem como seres humanos completos e onde unicamente poderão desenvolver suas vidas de modo pleno, seguindo os preceitos do *teko porã* (ou seja, o “bom/correto modo de ser”). Esse fato, assim posto, corresponde *ipsis litteris* aos ditames do artigo 231 da Constituição Federal vigente, no sentido de que está em tela o desenvolvimento de um modo de vida de um grupo humano indígena segundo os seus “usos, costumes e tradições”.

É fundamental que seja ressaltado **o fato já explicitado neste RCID de que a TI Iguatemipegua I é território de ocupação tradicional guarani kaiowa, uma vez que aí ininterruptamente sempre desenvolveram suas atividades, e suas vidas como um todo, segundo seus modos específicos, isto é, segundo seus usos, costumes e tradições.** Ocorre, contudo, que a chegada de não índios, que aí passaram a se estabelecer, num processo paulatino, veio a impor limitações para o desenvolvimento dessas atividades, incluindo aqui o estabelecimento de moradias a partir da conformação de novas unidades domésticas, a criação de novos espaços de cultivo (os *kokue*), a possibilidade de, em caso de aumento demográfico, doenças, conflitos, mortes (fatos que deixam os locais onde ocorrem contaminados por seres maléficos) poderem ter espaço à disposição para onde se deslocar, bem como o transitar livremente, sem interposições de cercas, para a visitação a parentes, participação em rituais, expedições de caça, coleta e pesca, etc. Tal ocupação não indígena, ademais, resultou num processo paulatino e continuado de expropriação (esbulho renitente) dos espaços onde essas famílias viviam (com especificades de tempos e modos em cada microrregião do cone sul), provocando a sua ida para as minúsculas reservas indígenas instituídas pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ou para as terras identificadas já a partir de meados dos anos 1980. O fator demográfico, neste quadro, sempre foi um fator a mais para a busca das famílias por espaços.

Justamente, essa busca de espaços não se deu nem se dá de modo aleatório, mas ancorada na identidade que cada grupo macrofamiliar (de pelo menos três gerações) tem

com as microrregiões ocupadas para habitação e para a sua reprodução em geral (isto tanto em termos físicos quanto culturais, com base em aspectos tanto materiais quanto simbólicos – conforme detalhadamente analisado em cada parte específica do presente estudo).

A vida nas terras às quais não pertencem resulta em um estado de precariedade, instabilidade e conflito muito agudo para essas famílias, estando elas, assim, à deriva nessas terras, como grupos párias.

A partir da constatação sobre os ônus que têm em termos da baixa qualidade de vida, pelos poucos espaços à disposição, pelos altos níveis de conflito enfrentados, de estar-se obrigado a conviver com grupos inimigos, das muitas mortes ocorridas por conta disto, as famílias kaiowa expropriadas chegam à conclusão de que tudo se deve ao fato de estarem longe do lugar onde deveriam estar. Assim, além dos preceitos de ordem moral e religiosa (que avalizam o fato de serem os grupos destinados, no tempo das origens, a habitar tais espaços territoriais), há também fortes e incontornáveis constrangimentos de ordem sociopolítica, a impelirem que estes grupos não deixem de buscar recuperar espaços territoriais expropriados. É por este conjunto de motivos que os últimos tempos têm assistido a diversas e persistentes iniciativas desses grupos, que se organizam em sua inteireza (incluindo homens, mulheres, adultos, jovens, idosos e crianças) para realizar esse objetivo.

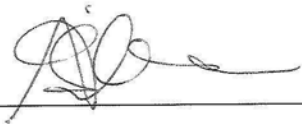
Como se procurou evidenciar neste estudo, a ligação com os espaços de pertencimento é definida por uma relação continuada ao longo do tempo, dada por experiências de vida de cada grupo familiar específico com um lugar (*tendápe*/microrregião) também específico, de modo que cada microrregião ou “lugar” (*tendápe*) não é intercambiável com outro, trazendo em si significados específicos. Neste sentido, os aspectos históricos, cosmológicos, afetivos, políticos e ecológicos que caracterizam o vínculo indissolúvel que um conjunto específico de famílias kaiowá (que foi apresentado na parte II deste estudo) estabeleceu com os espaços conformantes da T.I. Iguatemipegua I foram detalhadamente analisados ao longo do presente RCID.

Para as específicas famílias (e as comunidades por elas constituídas) da T.I. Iguatemipegua I os espaços necessários à sua reprodução física e cultural (para a instalação de unidades residenciais e de espaços de cultivo, para a caça, pesca e coleta de todo gênero, bem como para livre realização e frequência de suas festas e rituais,

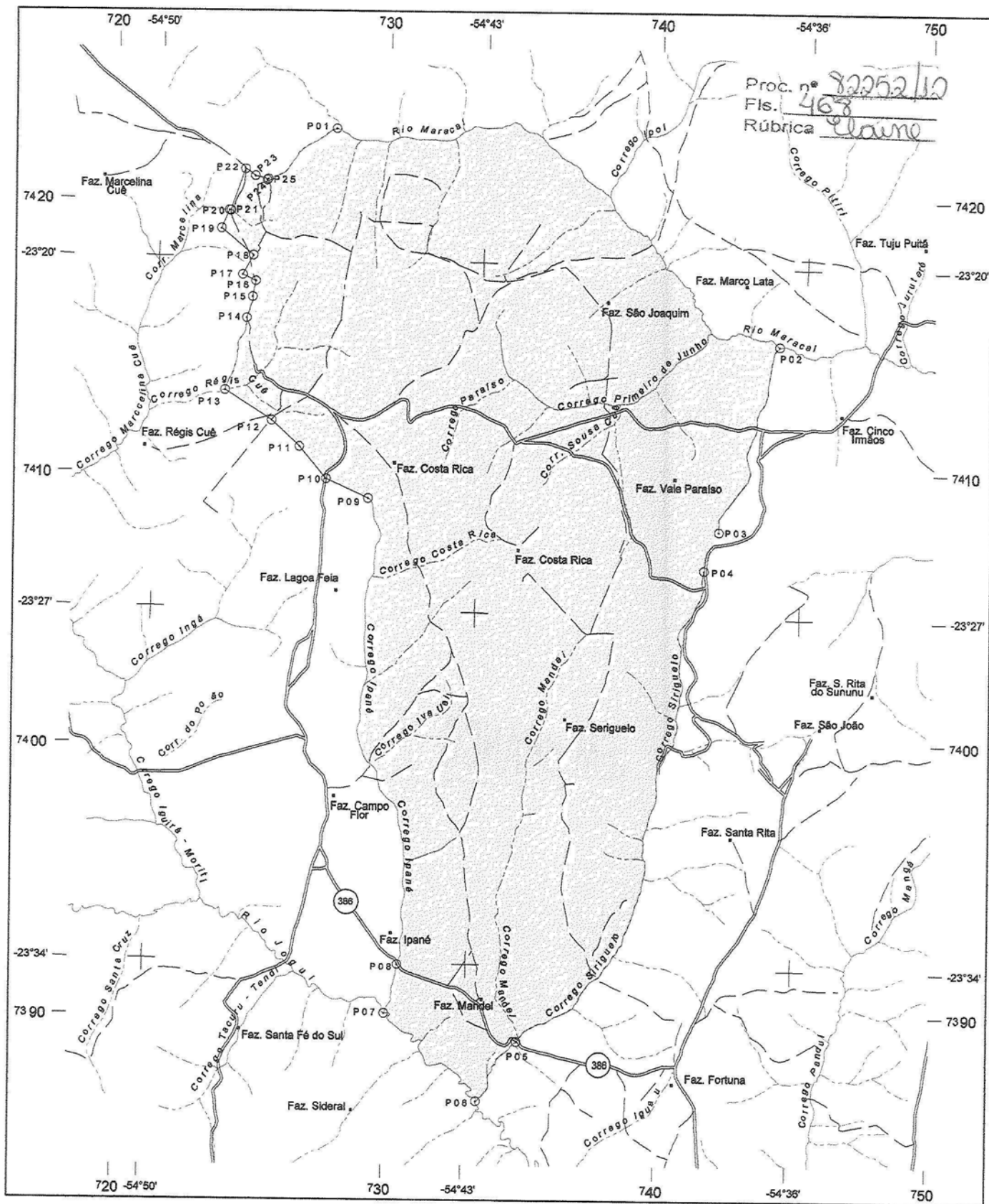
possibilitando assim a socialização e a educação das gerações atuais e futuras) são aqueles que circunscrevem os espaços contíguos constituintes dos *tekoha* Mbarakay e Pyelito.

Destaque-se que a delimitação da T.I. Iguatemipegua I foi realizada com base em elementos objetivos de natureza etnohistórica, antropológica, documental escrita, ambiental, cartográfica e fundiária, reunidos por equipe técnica qualificada e incorporando uma série de outros estudos acadêmicos já realizados na região a respeito da ocupação kaiowá. O trabalho foi determinado por Portarias da Presidência da FUNAI, contando com a anuência expressa das comunidades indígenas, em conformidade com o disposto no Decreto 1775/96. A terra indígena ora delimitada apresenta as condições ambientais necessárias às atividades produtivas realizadas pelas famílias kaiowa de Pyelito e de Mbarakay e tem importância crucial do ponto de vista de seu bem estar e de suas necessidades de reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições, amparando-se, portanto, no artigo 231 da Constituição Federal vigente.

Seguem mapa e memorial descritivo da T.I. Iguatemipegua I.



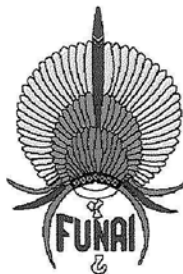
Alexandra Barbosa da Silva
Antropóloga Coordenadora do GT Iguatemipegua



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
- CAÇA - PESCA
- COLETA - SERINGAL
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA IGUATEMIEGUA I		MAPA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: IGUATEMI		SUPERFÍCIE APROXIMADA: 41.571 Ha	PERÍMETRO APROXIMADO: 100 Km
ESTADO: MATO GROSSO DO SUL		ESCALA: 1:200.000	DATA: 07/12/2012
CR: PONTA PORÁ		PROCESSO: 82252/2012	BASE CARTOGRÁFICA: MI-2751 / MI-2777
RESP. T.C. DEFINIÇÃO LIMITES: ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA ANTRÓPOLOGA		RESP. T.C. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: MARCELO ANTONIO ELIHIMAS ENGENHEIRO AGRÔNOMO CREA BA 16.154-PE	
RESP. T.C. COORDENADOR DA CGGEO: JOSE ANTONIO DE MATA ENGENHEIRO CARTÓGRAFO CREA BA 16.155/D		PORTARIA Nº: 790/PRES/2008	



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. n° 82252/12
Fls. 469
Rúbrica Elaine

**DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Imóvel : **TERRA INDÍGENA IGUATEMPEGUA I**
Grupo Indígena : **Kaiowa**
Municípios : **Iguatemi**
Unidade Federativa : **Mato Grosso do Sul**
CR da FUNAI : **Ponta Porã**
Superfície : **41.571 ha (quarenta e um mil e quinhentos e setenta e um hectares, aproximadamente).**
Perímetro : **100 km (cem quilômetros aproximadamente).**

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto **P-01**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°17'24,3 S e 54°46'14,6 WGr., situado na confluência de um córrego sem denominação com o Rio Maracá; deste, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o Ponto **P-02**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°21'32,5 S e 54°36'34,3 WGr.; localizado na confluência de um córrego sem denominação, daí, segue pelo referido córrego, a montante, até o ponto **P-03**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°25'15,5 S e 54°37'46,8 WGr., localizado na sua cabeceira em uma região de erosão; daí, segue por linha reta até o ponto **P-04**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°26'03,5 S e 54°38'04,5 WGr., situado na cabeceira do Córrego Siriguelo em uma região de erosão; daí, segue pelo citado córrego, a jusante, até o ponto **P-05**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°35'31,5 S e 54°41'51,8 WGr., localizado em uma ponte da rodovia MS-386; daí, segue pelo referido córrego, a jusante, até a confluência com o Rio Jogui no ponto **P-06**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°36'42,5 S e 54°42'42,3 WGr.; daí, segue pela margem esquerda do referido rio, a montante até a confluência do Córrego Ipané no ponto **P-07**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°35'01,4 S e 54°44'44,2 WGr.; daí, segue pela margem esquerda do referido córrego, a montante, até o ponto **P-08**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°34'01,2 S e 54°44'28,8 WGr., localizado em uma ponte da rodovia MS-386; daí, segue pelo referido córrego pela margem esquerda, a montante, até o ponto **P-09**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°24'44,3 S e 54°45'22,1 WGr., localizado na margem do referido córrego; daí, segue por linha reta até o ponto **P-10**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°24'22,3 S e 54°46'17,2 WGr., localizado em uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta até o ponto **P-11**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°23'45,1 S e 54°46'52,8 WGr., localizado em uma cerca de divisa; daí, segue por linha reta até o ponto **P-12**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°23'14,7 S e 54°47'29,5 WGr., localizado em uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta até o ponto **P-13**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°22'39,6 S e 54°48'31,0 WGr., localizado na confluência de um córrego sem denominação com o Córrego Régis Cuê; daí, segue pelo referido córrego, a montante, até a sua cabeceira, ponto **P-14**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°21'12,8 S e 54°48'05,1 WGr.; daí, segue por um caminho entre a mata, sentido geral norte, até o ponto **P-15**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°20'47,0 S e 54°47'58,2 WGr., localizado em uma estrada



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 822521/2
Fls. 470
Rúbrica Clairme

Continuação do memorial descritivo da Terra Indígena Iguatemipegua I

vicinal; daí, segue por um caminho margeando uma mata, sentido geral norte, até o ponto **P-16**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°20'27,9 S e 54°47'54,6 WGr., localizado em uma cerca; daí, segue em linha reta até o ponto **P-17**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°20'20,5 S e 54°48'11,7 WGr., localizado em uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta até o ponto **P-18**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°19'57,2 S e 54°47'58,5 WGr., localizado em um cruzamento de estradas; daí, segue por linha reta até o ponto **P-19**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°19'26,4 S e 54°48'40,7 WGr., localizado em uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta até o ponto **P-20**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°19'04,9 S e 54°48'31,0 WGr., localizado na margem do córrego Marcelina; daí, segue pelo referido córrego, a montante, até o ponto **P-21**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°19'05,2 S e 54°48'29,0 WGr., localizado na margem do córrego Marcelina; daí, segue por linha reta até o ponto **P-22**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°18'15,7 S e 54°48'11,5 WGr., localizado em uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido geral sudeste, até o ponto **P-23**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°18'23,7 S e 54°47'58,6 WGr., localizado no cruzamento com uma estrada vicinal secundária; daí, segue pela vicinal secundária, sentido geral sudeste, até o ponto **P-24**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°18'28,6 S e 54°47'42,9 WGr., localizado na estrada vicinal; daí, segue por linha reta até o ponto **P-25**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°18'27,2 S e 54°47'42,0 WGr., localizado na cabeceira de um córrego sem denominação; daí, segue pelo referido córrego, a jusante, até o ponto **P-01**, início da descrição deste perímetro.

OBS.: 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: MI-2751, MI-2777
Escala 1:100.000 – DSG - 1972/1972.

2- Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Datum WGS84.

Brasília, 07 de dezembro de 2012.

Responsável Técnico
Definição dos Limites


Alexandra Barbosa da Silva
Antropóloga

Responsável Técnico
Identificação dos Limites

Marcelo Antonio Elihimas
Engenheiro Agrônomo
CREA nº. 16.154/D - PE

Visto:
Coordenador da CGGEO


José Antonio de Sá
Engenheiro Cartógrafo
CREA nº. 15.455/D - PR

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar - 1986. "Heródoto", in Hélio Serejo et al., in *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. 1833-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi-NR/MS.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra.

2005. *Relatório antropológico de levantamento preliminar de áreas Guarani reivindicadas na margem esquerda do rio Iguatemi (MS)*. FUNAI / UNESCO, Brasília. Mimeo.

2006. *Segundo relatório parcial do levantamento sócio-político-econômico e territorial em Terras Indígenas (aldeias Bororó e Jaguapiru) e Panambizinho, e dos acampamentos Paso Piraju e Pakurity, do Município de Dourados (MS)*. Ministério de Desenvolvimento Social / UNESCO, Brasília. Mimeo.

2007. *Mais além da "aldeia": território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul*. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS / Museu Nacional / UFRJ.

2009. "Entre a aldeia, a fazenda e a cidade: ocupação e uso do território entre os Guarani de Mato Grosso do Sul", in *Tellus* (UCDB), v.9.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra & **COMAR**, Vito. 2005. *Programa Kaiowa-Ñandéva Ampliado (PKÑA) para gestão territorial em Terras Indígenas Kaiowa e Ñandéva em Mato Grosso do Sul*. FUNAI, Brasília. Mimeo.

BARTH, T. Fredrik

1993. *Balinese Worlds*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

2000a [1969]. "Os grupos étnicos e suas fronteiras", in LASK, Tomke (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

2000b [1989]. "A análise da cultura nas sociedades complexas", in LASK, Tomke (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

2000c [1990]. "O guru e o iniciador: transações de conhecimento e moldagem da cultura no sudeste da Ásia e na Melanésia", in LASK, Tomke (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

2000d [1992]. "Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades", in LASK, Tomke (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

2005. "Etnicidade e o conceito de cultura", in *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, n. 19, (2º. Sem).

BARTOLOMÉ, Miguel A. 1977. *Orekuera royhendu (lo que escuchamos en sueño): shamanismo y religión entre los Ava-katu-ete del Paraguay*. Ciudad de México: Instituto Indigenista Interamericano.

BEALET, M. 1997 – "Religion et région Mémoire: Esquisse d'une territorialité par la biais de la Géographie de la Mémoire", in *Noröis, revue géographique de l'Ouest et des pays de l'Atlantique Nord*, 44 (174), pp. 317-329.

BENITES, Tonico. 2003 – *Mbo'e kuation nemoñe'ê ha japo kuation ñe'ê* (Fazendo o papel falar e produzindo sua fala). Monografia apresentada ao Curso Normal Superior – UEMS.

- BENSA**, Alban. 1998. "Da micro-história a uma antropologia crítica", in *Jogos de Escalas - a experiência da microanálise*. Jaques Revel (Org.). RJ: FGV.
- BOURDIEU**, Pierre – 1996. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP.
- BRAND**, Antônio – 1997. *O impacto da perda da terra obre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS.
- CABEZA DE VACA**, Alvar, N. 1922. *Naufrágios e comentários*. Madri: Calpe.
- CADOGAN**, Leon – 1962. "Aporte a la etnografia de los guaraní del Amambái, Alto ypané", in *Revista de Antropología*, Vol. 10, 1-2, jun/dez.
- CAMPESTRINI**, Hildebrando (org.) – 2007. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Série Relatos Históricos, vol. II. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
- CARNEIRO DA CUNHA**, Manuela. 1999. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica, in *Estudos avançados*, vol.13, no.36, São Paulo May/Aug.
- CARVALHO**, Raquel A. de – 2004. *Os Missionários Metodistas da Região de Dourados e a Educação Indígena na Missão Evangélica Caiuá (1928 - 1944)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba.
- CHAMORRO**, G. 1995. *Kurusu Ñe'ëngatu. Palabras que la historia no podría olvidar*. Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol. 25. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos.
- CORRÊA**, Lúcia S. – 1999. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB.
- CORRÊA FILHO**, Virgílio – 1969. *História de Mato Grosso*. RJ: INL/MEC.
- DESCOLA**, Philipe. 2002. "Genealogia de objetos e antropologia da objetivação". in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, dez.
- FABIAN**, Johannes. 1983. *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*. NY: Columbia University Press.
- FERNANDES SILVA**, Joana A. 1982. *Os Kaioiwá e a ideologia dos projetos econômicos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- POWERAKER**, Joe – 1981. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GALVÃO**, Eduardo – 1996 [1943]. "Diários Kaioá". in Marco Antônio Gonçalves (org.), *Diários de Campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Museu do Índio-Funai.
- GOMES**, Otávio Gonçalves – 1986. "Dom Thomaz", in *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. 1833-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi-NR/MS.
- GRÜNBERG**, Georg – 1975. "Dos modelos de economía rural en el Paraguay: Paĩ-Tavyterã y Koygua", in *Estudios Paraguayos*, III, 1.
- HANNERZ**, Ulf. 1992. *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*. New York: University of Columbia Press.
- MANUSCRITO DA COLEÇÃO DE ANGELIS (MCA)** – 1951. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Vol. I, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações.
- MELIÀ**, Bartomeu, **GRÜNBERG**, Friedl, **GRÜNBERG**, Georg – 1976. "Los Paĩ-Tavyterã: Etnografia guarani del Paraguai contemporaneo", in *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Vol XI, nº 1-2.
- MONTEIRO**, Maria Elizabeth B. 1981. *Relatório referente ao levantamento histórico sobre os índios Kaiwá situados no estado de Mato Grosso do Sul*. RJ: Documentação do Museu do Índio, xerox. Rio de Janeiro.

2003. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá*. Museu do Índio/Funai. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo, 2.

MONTOYA, Antonio Ruiz de –

1876 [1639]. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Leipzig: B.G. Teubner.

1985 [1639]. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor.

MÜLLER, Franz – 1989 [1934]. *Etnografia de los Guarani del Alto Parana*. Rosario. Societatis Verbi Divini.

MURA, Fabio & **THOMAZ DE ALMEIDA**, Rubem F. – 2002. Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey) e identificação da Terra Indígena Guarani-Ñandéva do Yvy Katu. Brasília: FUNAI. Mimeo.

MURA, Fabio

2000. *Habitações Kaiowa: forma, propriedades técnicas e organização social*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL / UFRJ.

2004. “O Tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias Kaiowa de construção do território”, in *Fronteiras*, vol. 8, nº 15.

2006. À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ.

2010. “A trajetória dos chiru na construção da tradição de conhecimento Kaiowa”, in *Mana*. UFRJ, v. 16.

NIMUENDAJU, C. 1987 [1914]. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: Hucitec/EDUSP.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, in *Mana*, 4(1).

PEREIRA, Levi M. – 1999. *Parentesco e organização social kaiowa*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RICARDO, Cassiano – 1970. *Marcha para Oeste*, Vol. I, São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Liv. J. Olympio Editora.

SCHADEN, Egon – 1974 [1954]. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: E.P.U. / EDUSP.

SEREJO, Hélio – 1986. “Carai”, in Hélio Serejo et al., *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. 1833-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi-NR/MS.

SILVA, Lásaro Moreira da – 2002. *A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios kaiowá e ñandeva em Mato Grosso do Sul*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interinstitucional em Direito Constitucional da UNIGRAN/UnB.

SILVA, Ruth Henrique da. 2003. *Relatório de levantamento preliminar de terras indígenas Guarani e Kaiowá/MS*.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de – 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

SUSNIK, Branislava

1979-80. “Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial”. *Los Aborígenes del Paraguay*, vol. II, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

1982 – “Cultura material”. *Los Aborígenes del Paraguay*, Vol. IV, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

1983 – “Ciclo vital y estructura social”. *Los Aborígenes del Paraguay*, vol. V, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. – 2001. *Do desenvolvimento comunitário à ação política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

WEBER, Max. 1964. Comunidades étnicas” e “Las comunidades políticas”, in *Economía y sociedad*. 2. Ed. México: Fondo de Cultura Económica.

WOLF, Eric. 2009. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Edusp.

Documentos consultados

BRANDÃO, Althair A. *Carta a Deocleciano de Souza Nenê, chefe da I.R. 5*. 30 de Dezembro de 1956. Mf. 001, Planilha 8. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

DUTRA, José S. *Carta a Dayem Pereira, diretor do posto indígena*. 23 de março de 1950. Mf. 001, Planilha 12. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

ESTIGARRIBIA, Antônio M. V. – 1928. *Relatório da Inspeção do Estado do Mato Grosso*. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Vitorino Nunes. *Carta ao Sr. Joaquim Fausto Prado, chefe da I.R. 5*. 30 de outubro de 1950. Mf. 001, Planilha 12. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

SANTOS, Dayem P. dos. *Ofício ao sr. Cél. Nicolau Bueno Horta Barbosa, M.D. Chefe da Inspeção do S.P.I.* 17 de setembro de 1942. Mf. 015-F, Planilha 231. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

_____. *Ofício ao Sr. Joaquim Fausto Prado, chefe da I.R. 5*. 12 de outubro de 1949. Mf. 001, Planilha 15. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

_____. *Ofício ao Sr. Joaquim Fausto Prado, chefe da I.R. 5*. 23 de março de 1950. Mf. 004, Planilha 00016. Documentação da Inspeção Regional n. 5 - SPI.

Proc. n.º 82252/12
Fls. 475
Rúbrica Claine

ANEXOS FINAIS

FUNAI

Proc. nº 82252/12
Fls. 176
Rúbrica Elaine

Portaria FUNAI nº 790 de 10/07/2008

Bacia Iguatemipegua

Relatório ambiental

*Necessário para a caracterização ambiental das
regiões ocupadas tradicionalmente pelo
Povo Indígena GUARANI-KAIOWA da Bacia do Rio Iguatemi - MS*

Sylvia BAHRI

Ecóloga

Consultora ambientalista PPTAL/PNUD

Edital nº 2008/007

Projeto PNUD BRA 96/018

Brasília, março de 2011

CGID/DPT
Recebido em 27/04/11
Joelma e

Prot.: 2405/DPT/11

INDICE

Proc. n° 82252/12
Fls. 477
Rúbrica Elaine

Preâmbulo.....	3
Condições de trabalho.....	3
Metodologia.....	4
Introdução	5
1 - O Contexto natural do Mato Grosso do Sul.....	7
Fisiografia.....	7
Hidrografia.....	8
Clima.....	8
Solos.....	10
Bioma e vegetação.....	11
Cerrado.....	12
Mata atlântica.....	13
Vegetação remanescente.....	13
2 - A região dos tekohas da margem esquerda do Rio Iguatemi	14
Localização.....	14
Fisiografia.....	16
Solos.....	16
Vegetação.....	18
Remanescentes da paisagem original e pressões ambientais.....	23
3 - Os Guarani Kaiowá, o povo da floresta.....	26
O Tekoha.....	27

4 - Ocupação do território e uso dos recursos naturais segundo o “modo de ser” Guarani.....	28
Terra.....	28
Agricultura.....	28
Agrobiodiversidade.....	29
Quintal.....	31
Coleta na vegetação nativa.....	31
Plantas medicinais.....	35
5 - Sobrevivência em condições ambientalmente alteradas.....	37
6 – Problemas, impactos e ameaças ambientais.....	48
7 – Conclusão : áreas imprescindíveis.....	51
Manejo indígena, perspectivas de reconstrução e preservação ambiental.....	51
Anexo:	
Algumas considerações sobre o uso do solo no Mato Grosso do Sul.....	53
Pecuária patrimonialista.....	53
Sede alcooleira.....	53
Águas subterrâneas.....	54
Referencias bibliográficas.....	56

Preâmbulo

O levantamento e a análise de dados ambientais específicos necessários à identificação e delimitação das referidas terras indígenas decorrem do disposto no Artigo 231 da Constituição Federal e da Lei 6.001/73. Deve ser realizado em conformidade com o disposto no Decreto nº 1775/MJ/96 e na Portaria nº 14/MJ/96, além das normas internas da FUNAI, seguindo as orientações do Manual do Ambientalista desta Fundação.

Este levantamento justifica-se pelo cumprimento do CAC – Compromisso de Ajustamento de Conduta, assinado entre a FUNAI e o Ministério Público Federal/MS em 12/11/07, em atendimento às demandas de comunidades Kaiowá e Nandeva, as quais reivindicam seus direitos para que a FUNAI realize a identificação e delimitação de seus territórios de ocupação tradicional. Os estudos ambientais têm como objetivo fornecer subsídios ambientais aos antropólogos dos Grupos técnicos (GTs), responsáveis pela Identificação e Delimitação das Terras Indígenas de ocupação tradicional Guarani no Mato Grosso do Sul. Assim, as informações compiladas complementam o levantamento antropológico a partir da caracterização dos níveis de interação e da relação de dependência que os grupos indígenas têm com o ambiente onde vivem. Segundo a Portaria nº 14/MJ/96, o relatório ambiental deve “conter a identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena e a explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias”.

O GT, coordenado pela antropóloga Alexandra Barbosa foi constituído por meio da Portaria nº 790 de 10/07/2008 da FUNAI. O trabalho de campo ambiental teve como principal objetivo caracterizar o uso e a ocupação tradicional do território pelos Guarani-Kaiowá na região da bacia do Iguatemi (MS), de modo a identificar e justificar áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar econômico e cultural desse grupo indígena.

Este relatório apresenta os resultados dos estudos ambientais necessários à Identificação e Delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani- Kaiowá na região que compreende a Bacia denominada Iguatemipegua, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, terceiro produto dessa consultoria, conforme determinado no Edital nº 2008/007 (Projeto PNUD BRA 96/018).

Condições de trabalho

É necessário esclarecer alguns elementos relativos às condições na quais foi realizado este estudo, principalmente no que se refere à parte de campo, pois estas condições interferem diretamente nos resultados aqui apresentados.

Desde a formulação do projeto de demarcação das terras indígenas dos Guaranis do Mato Grosso do Sul, foram considerados prazos de estudo relativamente longos: por ter sido adotado o conceito de “Tekoha guassu”, amplamente discutido por Thomaz de Almeida e Mura (entre outros), como metodologia para a identificação do território tradicional e; pela complexidade do contexto sócio-político do Mato Grosso do Sul. Porém, por motivos diversos, os prazos dedicados ao estudo foram reduzidos consideravelmente, não permitindo a sua realização na integralidade.

Porém, a permanência no campo foi encurtada e consideravelmente dificultada pelos fazendeiros e políticos locais que recusaram a realização dos estudos naquele território e,

por consequência, impediram o deslocamento da equipe fora das áreas indígenas já existentes. Porém, os levantamentos de campo não deveriam de fato se limitar a observações realizadas nas terras indígenas regularizadas ou ocupadas atualmente, como acabou ocorrendo. Esta condição singular nós levou a realizar grande parte do trabalho de forma remota: espacialmente, pelo impedimento de visitas das áreas tradicionais, e temporalmente, visto que nos baseamos nos relatos que os índios fizeram da sua própria história, das suas atividades tradicionais e das condições ambientais do passado. Conseqüentemente, o trabalho apresentado aqui deve ser entendido como um estudo de campo que precisaria ser complementado, com levantamentos nas áreas reivindicadas pelos índios, hoje incluídas em propriedades privadas.

Metodologia

A metodologia aplicada é uma combinação dos métodos de estudos de geografia, ecologia, ecologia humana e etnoecologia. Os elementos apresentados aqui foram obtidos pelos seguintes meios:

- Consulta de relatórios de identificação anteriores e de bibliografia sobre a região e sobre o povo Guarani.
- Análise documental de bibliografia sobre o povo Guarani e sobre o Mato Grosso do Sul
- Análise de imagens de satélites Landsat-TM, consulta das imagens do Google Earth, e utilização de Cartas Topográficas da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG), na escala de 1:100.000
- Consulta e uso dos dados do projeto RADAMBRASIL (Levantamento de Recursos Naturais Vol. 28. Folha SF.21, Campo Grande, 1982), do Atlas Multireferencial do MS (1990) e do PCBAP (Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, 1997)
- Levantamento de campo, observações diretas, reuniões, entrevistas abertas, mapeamento participativo, caminhadas com membros das comunidades indígenas
- Coleta de informações obtidas por instituições públicas e por antropólogos locais e especialistas na região.
- Reuniões de trabalhos com membros dos outros GTs trabalhando no MS, no campo, e em gabinete, trocas de informações
- Reuniões de trabalho com funcionários da Funai

Introdução

O objetivo do estudo do GT é essencialmente antropológico, e tem como objetivo a caracterização das terras de ocupação tradicionais do grupo indígena Guarani com o intuito de assegurar a demarcação e a legalização do seu território. Por isso, não pode dispensar de uma avaliação ambiental específica. Portanto, o estudo ambiental é parte integrante do processo de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas, e objetivo específico deste relato. Ele é principalmente válido dentro de um contexto particularmente sensível de transformação da paisagem natural e das condições extremas de degradação ambiental nas quais os grupos indígenas foram levados a viver nas últimas décadas.

Três pontos relevantes ressaltam a importância decisiva da dimensão ambiental na questão da identificação de terras indígenas do povo Guarani no Mato Grosso do Sul:

O povo Guarani tem uma profunda relação com seu ambiente natural

Os relatos antigos e os estudos etnográficos mais recentes descrevem o povo Guarani como um grupo que sempre manteve relações extremamente privilegiadas com o meio natural, e detêm um conhecimento particularmente rico sobre os diversos elementos do meio ambiente natural que o cerca. Os Guaranis identificam uma grande variedade de unidades de vegetação, de qualidades de terras, conhecem intimamente as plantas e os animais que fazem parte integrante da cultura e da cosmologia deles. Praticando um modo de agricultura intimamente ligada aos ecossistemas naturais, podendo os Guarani-Kaiowá serem considerados como "agricultores da floresta".

O ambiente da região é extremamente alterado

A região do cone sul do Estado do Mato Grosso do Sul viveu uma história de ocupação que causou uma transformação radical do ambiente natural, resultando na eliminação da cobertura vegetal original e sua substituição por lavouras e pastagens. Esta história, muito bem descrita por vários autores^{1,2} permite entender a configuração da paisagem atual e a situação em que vivem os indígenas hoje na região, principalmente em termos de organização territorial pós-colonização. Do ponto de vista ambiental é importante ressaltar que inicialmente, durante a fase de extrativismo da erva mate natural da região, tanto a organização territorial dos índios como o equilíbrio global do meio natural não sofreram grandes transformações. Mas a partir da queda do monopólio da exploração da erva mate, iniciou-se a chegada de colonos e o início do ciclo agropecuário que, em pouco tempo, acabou com a maior parte da cobertura vegetal da região.

¹ Brand A. (1997).

² Thomaz de Almeida R.F. e F. Mura (2004).

Hoje em dia, uma grande parte dos índios vive em condições ambientais que não permitem a sua sobrevivência

À medida que a agricultura “moderna” se instalou, e mais recentemente com a entrada do agronegócio, os índios foram expulsos das suas terras e forçados a viver concentrados nas poucas reservas existentes, que nem sempre foram criadas com verdadeiros critérios ambientais. Hoje, grande parte deles se encontra num estado de confinamento que impede um modo de vida equivalente ao tradicional. Em muitos casos, as condições de vida atuais são de extrema precariedade.

Por outro lado, é notável como estas pessoas, mesmo em condição de vida degradada pela perda de terra e recursos naturais disponíveis, investem em tentar reencontrar os elementos do ambiente original, lutando para continuar coletando viveres, percorrendo o território, plantando e caçando, na medida do possível. Assim, os índios Guarani Kaiowá mostram que, mesmo em condições adversas, eles continuam sendo os “índios da floresta” ou “aqueles que pertencem ao mato”, e que fazem tudo para manter esta relação tão privilegiada que eles mantinham com os ambientes florestais nativos.



1 - O Contexto natural do Mato Grosso do Sul

FISIOGRAFIA

O arcabouço geológico do Mato Grosso do Sul é formado principalmente por três unidades geotectônicas distintas: a depressão pantaneira, o cinturão metamórfico Paraguai-Araguaia e a bacia sedimentar do Paraná. Sobre essas unidades, visualizam-se dois grandes conjuntos estruturais: O primeiro, mais antigo, com dobras e falhas, está localizado em terrenos antigos pertencentes ao pré-cambriano, e o segundo, em terrenos sedimentares da bacia do Paraná.

Não ocorrem grandes altitudes nas duas principais formações montanhosas, as serras da Bodoquena e de Maracajú, que formam os divisores de águas das bacias do Paraguai e do Paraná (Figura 1). As altitudes do estado variam entre 100 e 650 m. O planalto da bacia do Paraná ocupa toda a porção leste do estado. Constitui uma projeção do Planalto Meridional, grande unidade de relevo que domina a região sul do Brasil. Apresenta extensas superfícies de colinosas à planas, com 400 m de altitude média, que num mergulho suave, vão terminar aos bordos do rio Paraná a 250 m de altitude.

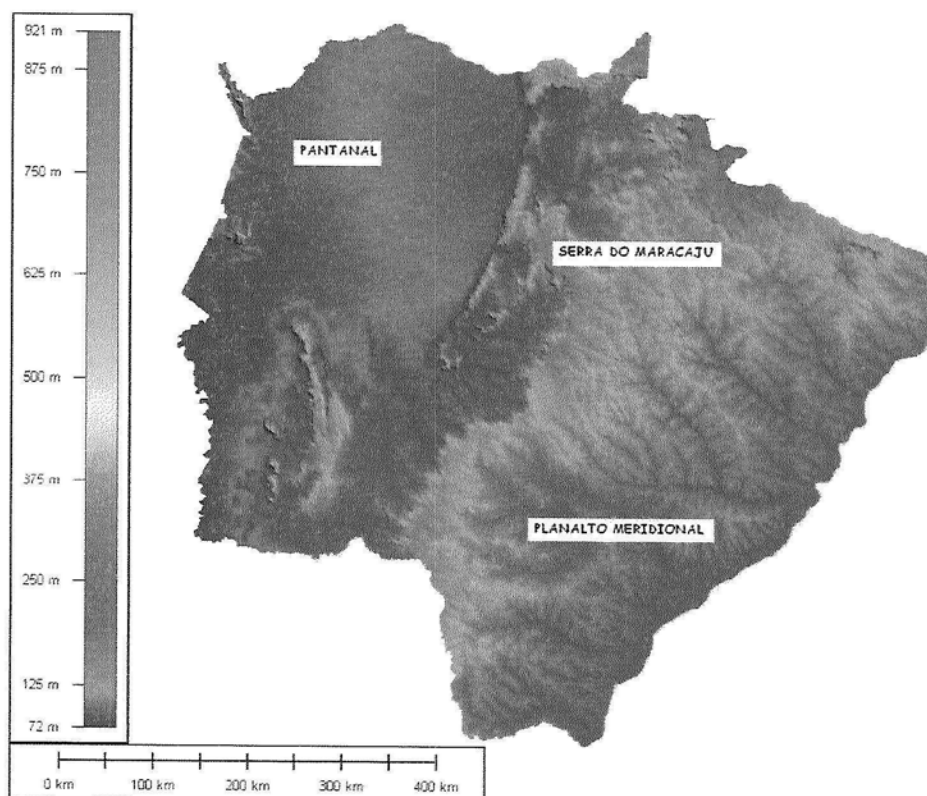


Figura 1. Relevo e corte topográfico do Estado do Mato Grosso do Sul. Fonte: SRTM/NASA 2000.

Já a baixada do rio Paraguai, ou Pantanal como é comumente conhecido, domina a região oeste do estado, com altitudes que oscilam entre 100 e 200m, cuja monotonia só é rompida pela presença de rupturas de declives ou relevos residuais, representados por escarpas e morrarias, a exemplo da Serra da Bodoquena. Estendendo-se por uma vasta área de noroeste do estado, a baixada do rio Paraguai é parte da grande depressão que separa, no centro do continente, o planalto Brasileiro à leste, da Cordilheira dos Andes à

oeste. Sua maior porção é formada por uma planície aluvial sujeita a inundações periódicas, a planície do Pantanal. Em meio à planície do Pantanal ocorrem alguns maciços isolados, como o de Urucum, com 1.160 m de altitude, próximo à cidade de Corumbá.

HIDROGRAFIA

Os grandes traços do relevo estadual determinam bacias e os grandes padrões de drenagem; a leste pelos sistemas dos rios Paraná, sendo seus principais afluentes os rios Paranaíba, Verde, Peixe, Amambá; a noroeste é drenado pelo Paraguai, cujos principais afluentes são os rios Taquari, Aquidauana e Miranda e a sudoeste pelo sistema Paraguai/Nabileque (Figura 2). Pelo Rio Paraguai escoam as águas da planície do Pantanal e terrenos periféricos. Na baixada, produzem-se anualmente inundações de longa duração. A linha de divisa com o estado de Mato Grosso segue limites naturais formados por vários rios.

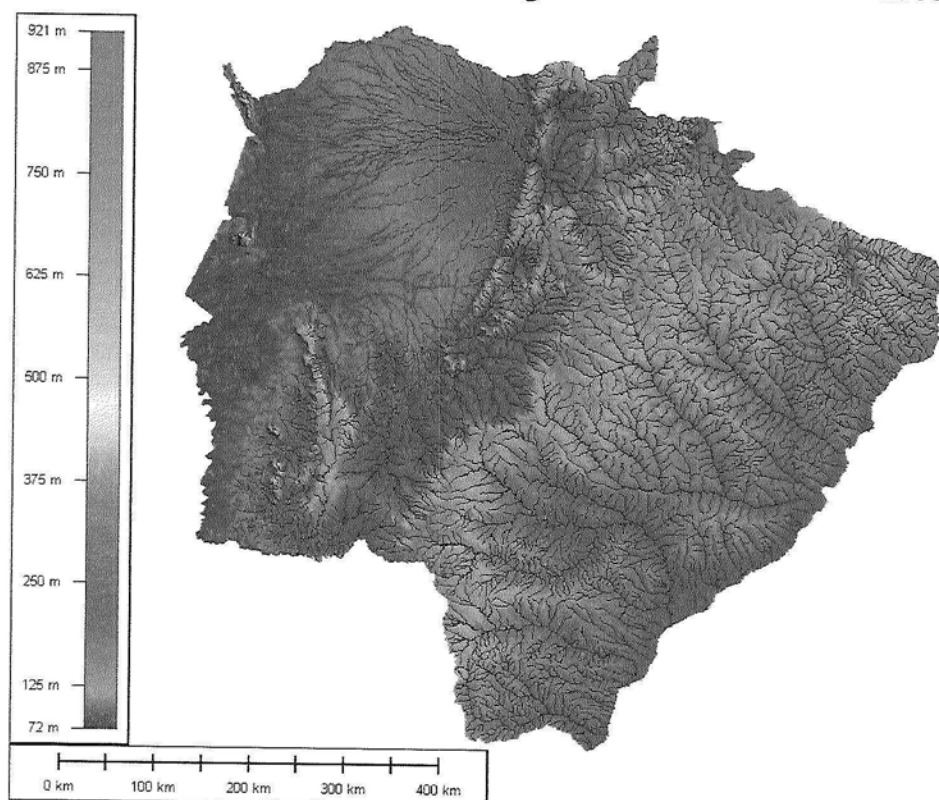


Figura 2. Rede de drenagem no estado de MS. Fonte: SRTM/NASA 2000 e IBGE.

CLIMA

Na maior parte do território do estado predomina o clima do tipo tropical, com chuvas de verão e inverno seco, caracterizado por médias termométricas que variam entre 25°C na baixada do Paraguai a 20°C no planalto (Figura 3). A pluviosidade é de aproximadamente 1.500 mm anuais. No extremo meridional ocorre o clima subtropical, em virtude de uma latitude um pouco mais elevada e do relevo de planalto. A média térmica é pouco superior a 20°C, com queda de até 0°C nos meses mais frios do ano.

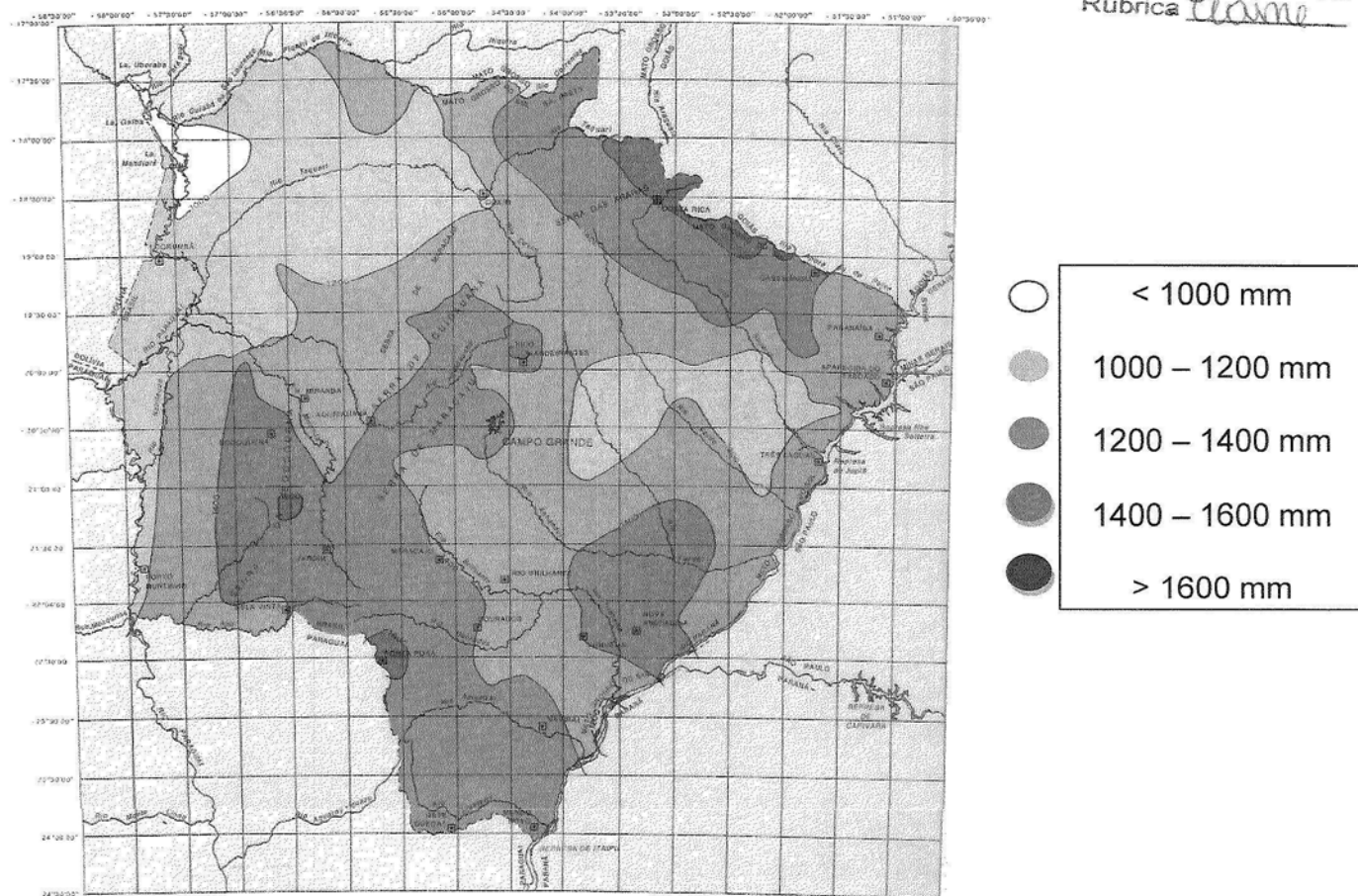


Figura 3. Variação da precipitação (mm) no estado do Mato Grosso do Sul. Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

A menor temperatura já registrada no estado ocorreu em Ponta Porã, com -6°C em 1975, inclusive com a ocorrência de neve. As geadas são comuns no sul do estado registrando em média três ocorrências do fenômeno por ano. Observa-se o mesmo regime de chuvas de verão e inverno seco, e a pluviosidade anual é também de 1.500 mm. No estado percebe-se grande variação de temperaturas, sendo registradas pelo menos uma vez ao ano temperaturas máximas próximas de 40°C e mínimas próximas a 0°C (Figura 4).

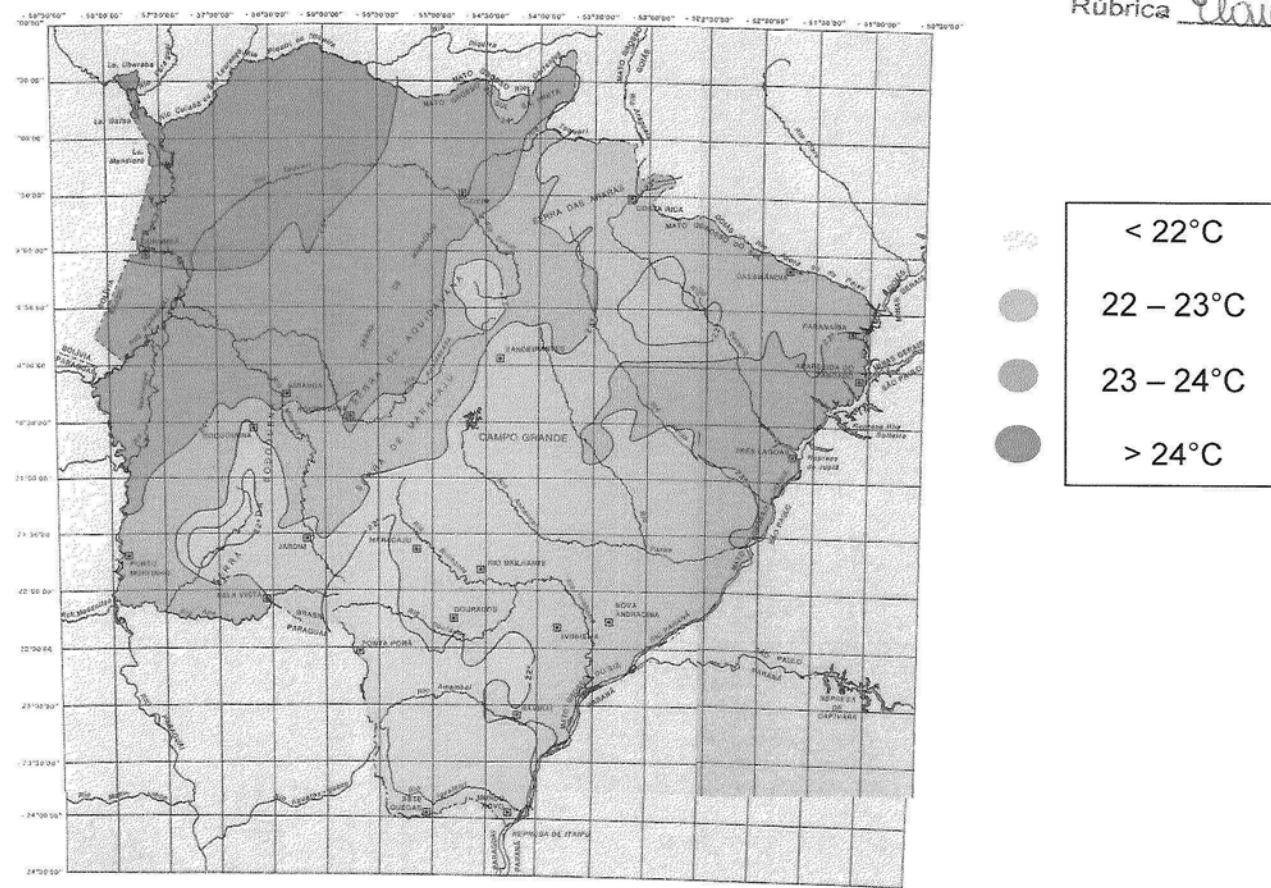


Figura 4. Variação e distribuição da temperatura (°C) no estado do Mato Grosso do Sul.
 Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

SOLOS

Os solos de maior ocorrência no estado são os chamados latossolos, solos envelhecidos pela longa ação intempérica, apresentando-se normalmente com textura média e com caráter álico (alto teor em alumínio). Ocupam basicamente o planalto da bacia do Paraná, estando amplamente distribuídas na porção central do Estado (Figura 5). Estendendo-se ao Sul e Nordeste, apresentam grande variação entre as diferentes classes, todas com forte influência das rochas vulcânicas basálticas: Latossolo Vermelho Escuro (Lea7) é o de maior expressividade, seguido do Latossolo Roxo (LRa1), que se concentra na região de Dourados, e finalmente o Latossolo Vermelho-Amarelo. Todos indistintamente são solos da baixa fertilidade. Na região sudeste, encontram-se localmente manchas de solos mais jovens e oriundos de basalto, que lhe conferem uma boa qualidade em termos de fertilidade. São talvez os solos mais férteis que a região dispõe.

Na porção Centro-Oeste do Estado, verifica-se a ocorrência disseminada das Areias Quartzosas (AQa1), que compreendem solos bastante arenosos, bem drenados e com baixa fertilidade natural, encontrados também margeando as Serras de Aquidauana, de Maracaju e do Pantanal, e correspondem à segunda classe de maior expressividade no Estado.

Na Bacia do Paraguai-Pantanal predomina o solo hidromórfico (SS3), normalmente de baixa fertilidade natural e textura arenosa devido à intensa influência exercida pela água, quer através do transbordamento de corpos d'água, quer pela elevação do lençol freático à superfície.

[Handwritten signature]

Em menor proporção, mas ainda significativa, encontram-se no planalto da bacia do Paraná os solos Podzólico Vermelho Escuro (PE6), concentrando-se na região Sul do Estado e de forma menos expressivas margeando cursos d'água afluentes do rio Paraná. Ainda na região Nordeste e às margens do rio Paraná, em faixa de largura variável, são encontrados solos aluviais, férteis e orgânicos, entre outros.

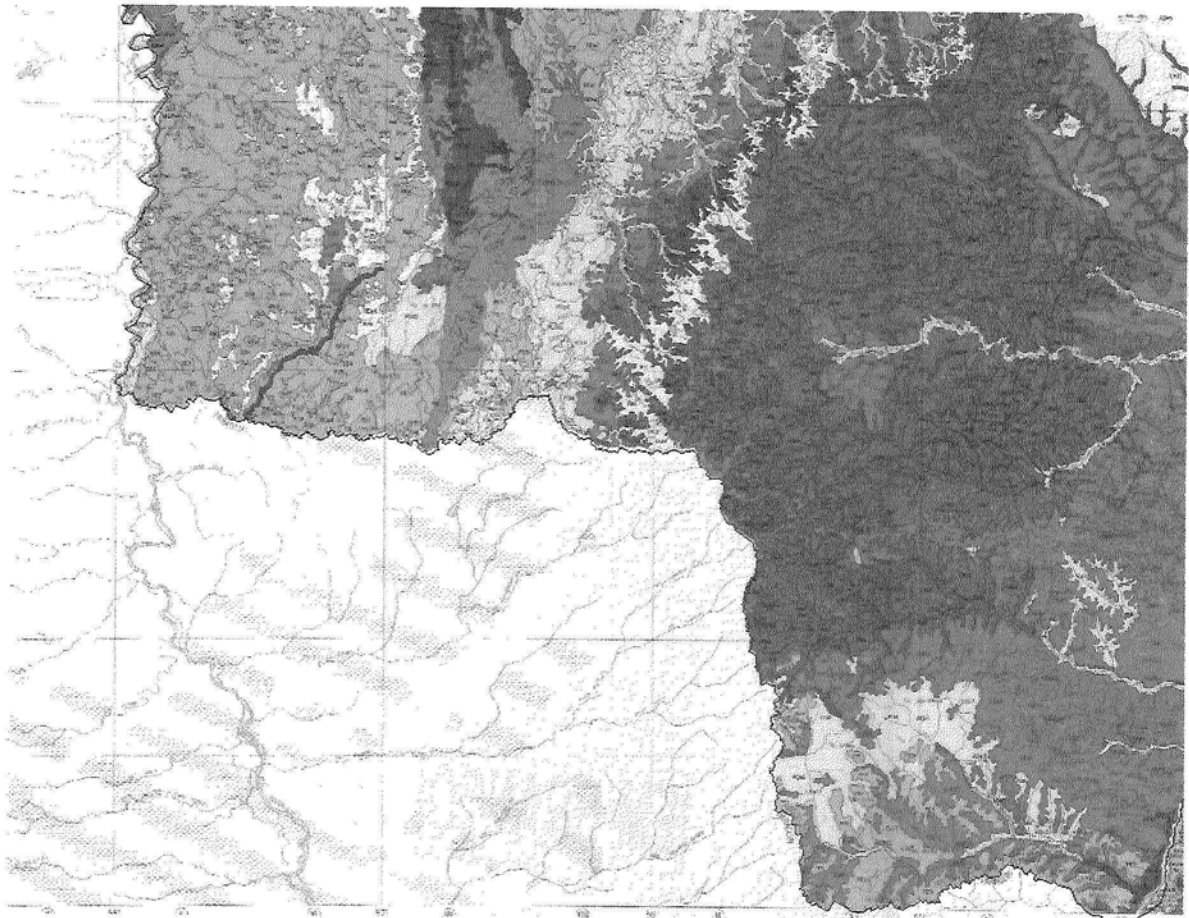


Figura 5. Principais tipos de solos encontrados ao sul-sudeste do estado. Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

BIOMAS e VEGETAÇÃO

O *Bioma* é conceituado pelo IBGE, como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. No estado do Mato Grosso do Sul, encontram-se três dos grandes biomas brasileiros, a saber: Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Os cerrados recobrem a maior parte do estado (61%), enquanto que pantanal e mata atlântica, ocupam respectivamente 25 e 14% (Figura 6). Para efeito deste trabalho nos limitamos a descrever apenas os dois primeiros biomas, pois neles encontram-se as áreas de interesse.

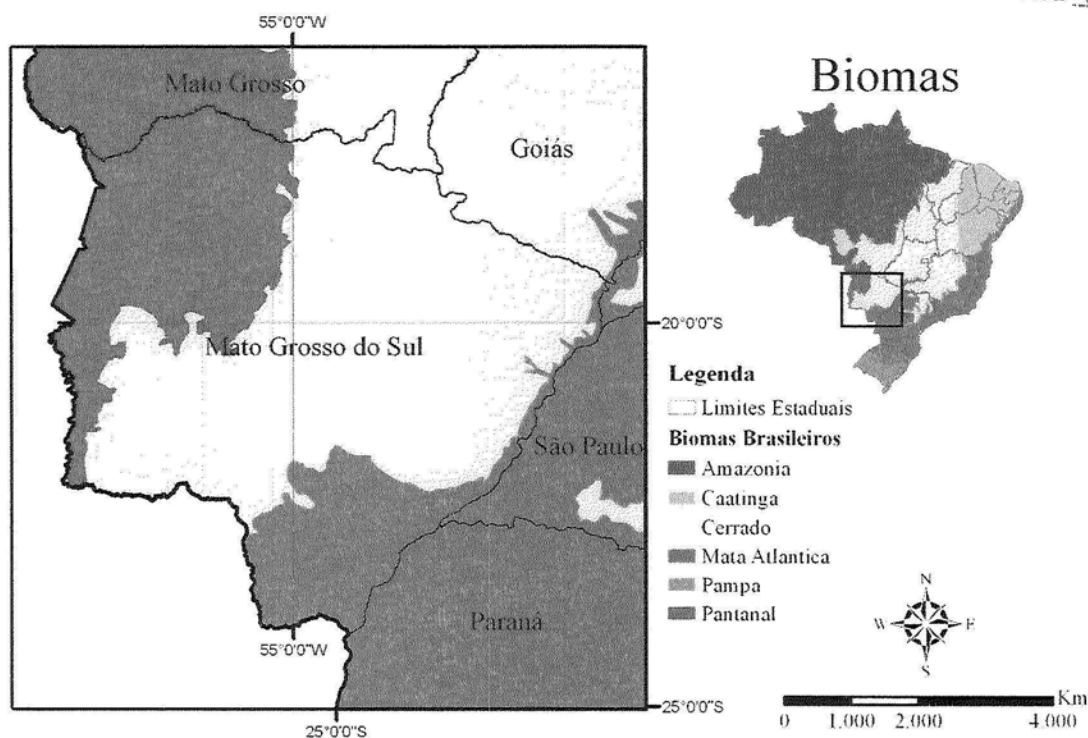


Figura 6. Biomas existentes no estado do Mato Grosso do Sul. Fonte IBGE.

CERRADO

A cobertura vegetal do Cerrado é a segunda mais importante do Brasil. Abrange aproximadamente 1.750.000 km², que corresponde cerca de 20% do território nacional. Apresenta as mais diversas formas de vegetação, desde os campos sem árvores, ou arbustos, até o cerrado lenhoso denso com matas ciliares. O Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade com a presença de diversos ecossistemas, riquíssima flora com mais de 10.000 espécies de plantas, com 4.400 endêmicas desse bioma.

É classificado como tendo formações vegetativas primitivas, com quatro divisões: matas, campos, brejos e ambientes úmidos com plantas aquáticas. As matas ocupam as depressões, vales e cursos de águas e possuem poucas epífitas. Os campos cobrem a maior parte do território, denominada campestre. É essencialmente coberto por gramíneas, com árvores e arbustos. É também subdividido em campo de cerrado, campo limpo, que se diferenciam na formação do terreno e na composição do solo, com declives ou planos.

A vegetação de brejos é composta por gramíneas, ciperáceas, arbustos, pequenas árvores isoladas, algumas ervas, entre outras diversidades de espécies. As árvores mais altas do cerrado chegam a 15 m de altura e formam estruturas irregulares. Apenas nas matas ciliares as árvores ultrapassam 25 m e possuem normalmente folhas pequenas e decíduas. Nos chapadões arenosos e nos campos rupestres do Cerrado, estão as mais exuberantes e exóticas bromeliáceas, cactos e orquídeas, contando com centenas de espécies endêmicas. E ainda existem espécies desconhecidas, que devido à ação antrópica podem ser destruídas antes mesmo de serem catalogadas.

As próprias queimadas, freqüentes neste tipo de bioma, são mal interpretadas. Na verdade, as queimadas periódicas (com intervalos maiores do que 5-7 anos) já aconteciam no Cerrado antes da chegada do ser humano. A maioria das plantas do cerrado está adaptada ao fogo, possuindo cascas grossas e brotos subterrâneos. Há, inclusive, várias

espécies de plantas que só germinam após as queimadas. Mas as queimadas intensas, feitas a cada um ou dois anos pelos pecuaristas, são extremamente nocivas ao Cerrado.

MATA ATLÂNTICA

As florestas atlânticas apresentam árvores com folhas largas perenes. Há grande diversidade de epífitas, como bromélias e orquídeas. Não deve ser confundida com a floresta Amazônica, ou selva Amazônica, em especial no Brasil.

Foi a segunda maior floresta tropical em ocorrência e importância na América do Sul, em especial no Brasil. Acompanhava toda a linha do litoral brasileiro do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte (regiões meridionais e nordeste). Nas regiões Sul e Sudeste chegavam até Argentina e Paraguai. Cobria importantes trechos de serras e escarpas do Planalto Brasileiro, e era contínua com a Floresta Amazônica. Em função do desmatamento, principalmente a partir do século XX, encontra-se hoje extremamente reduzida, sendo uma das florestas tropicais mais ameaçadas do globo. Apesar de reduzida a poucos fragmentos descontínuos em grande parte, a biodiversidade de seu ecossistema é uma dos maiores do planeta.

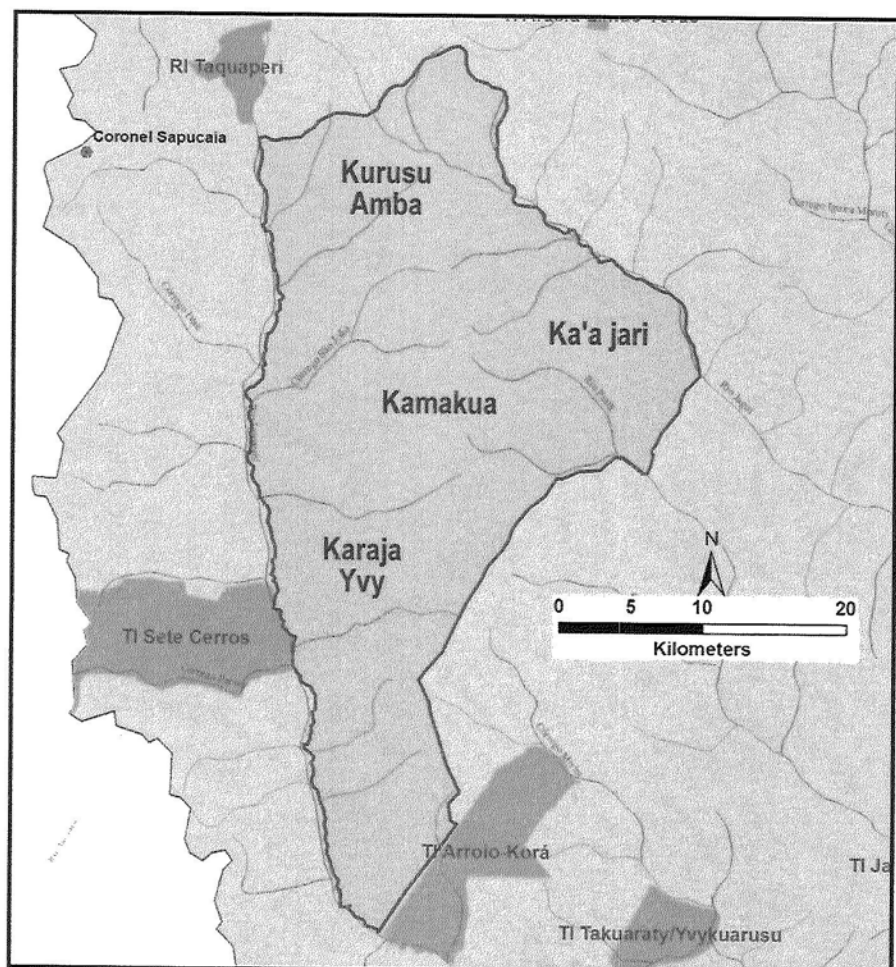
VEGETAÇÃO REMANESCENTE

O Mato Grosso do Sul era recoberto em 60% de seu território por cerrado, e aproximadamente 15% por florestas, que aos poucos foram convertidos em campos de cultivo e pecuária. O que resta atualmente das paisagens primitivas, são fragmentos, dispersos numa matriz de territórios agrícolas, sendo normalmente territórios que possuíam alguma restrição para as atividades agropecuárias, como topografia íngreme e afloramentos rochosos.

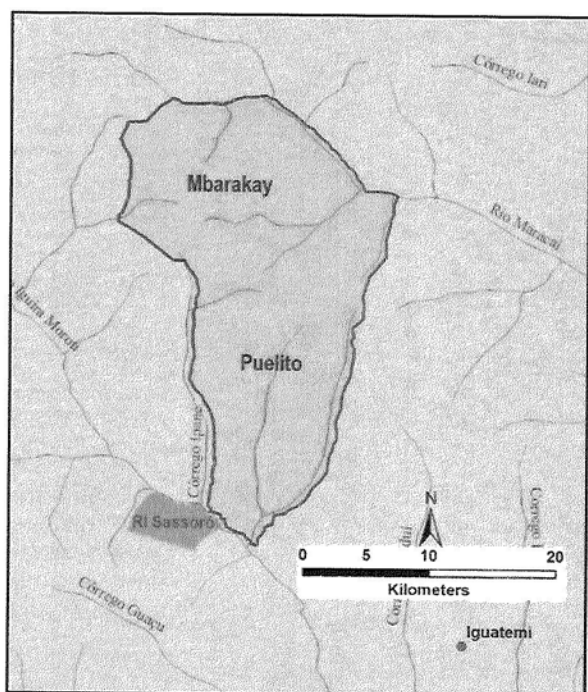
Na planície aluvial do Pantanal ainda predomina o chamado Complexo do Pantanal, revestimento vegetal em que se combinam cerrados e campos, com predominância da vegetação de campos de inundação sazonal.

Os campos cerrados, que constituíam aproximadamente 5% da vegetação do estado, ocupam ainda uma pequena área na região de Campo Grande. A primeira fase do projeto "Mapeamento de remanescentes de cobertura vegetal natural dos grandes biomas" (PROBIO 2008) aponta que 38,8% da área do cerrado foram desmatados. Tanto o cerrado como as florestas, que no Mato Grosso seriam um dos pontos mais avançados da Mata Atlântica, sofreram extrema diminuição nas últimas décadas por conta do avanço da agricultura no oeste do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

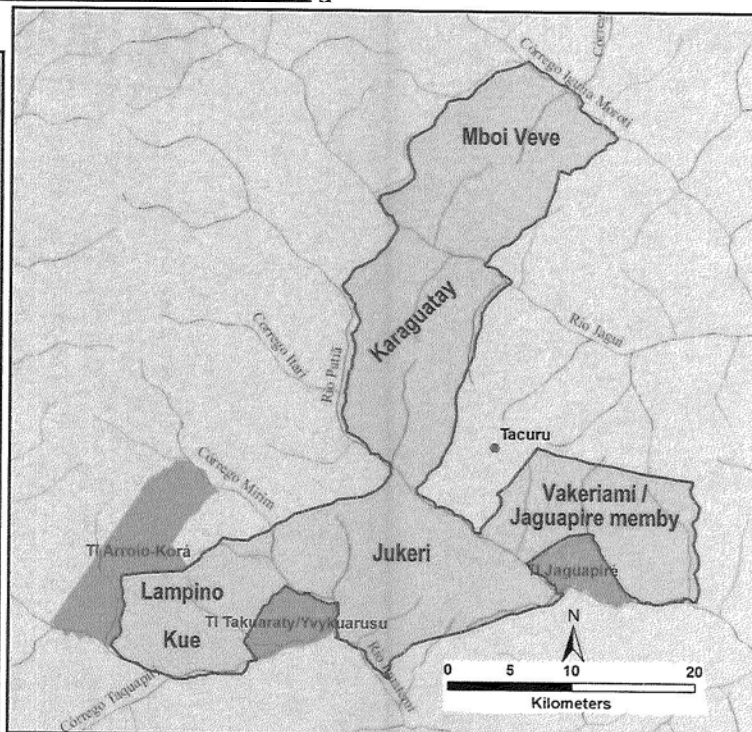
Estima-se que apenas cerca de 7% de toda a Mata Atlântica ainda permanece original e, junto com o Cerrado, é um dos biomas mais agredidos do Brasil. No estado do Mato Grosso do Sul a situação se repete, conforme se pode observar no mapa de remanescentes de vegetação original (figuras 11 e 12 e tabela 1). Já na porção sudeste, há resquícios de Mata Atlântica às margens do rio Paraná.



a



b



c

Figura 7 bis (a, b, c). Localização de cada uma das áreas do Iguatemi (em verde) no sul do Estado do MS.

SB

Fisiografia

Do ponto de vista fisiográfico, a área em questão situa-se inteiramente nos domínios do Planalto Meridional da bacia do rio Paraná. Isto equivale a dizer que a paisagem foi esculpida sobre arenitos localmente impregnados de material vulcânico basáltico. Isto explica a presença de solos que vão alternar entre extremamente arenosos a argilosos, sob influência dos materiais anteriormente citados. A qualidade destes solos, em termos de fertilidade, acidez, disponibilidade de água e adsorção de nutrientes, está associada à presença de argila nos solos, que por sua vez, depende do material de origem ser mais basáltico. O relevo na região de estudo é colinoso, suavemente ondulado e inclinado na direção do grande coletor regional que é o rio Paraná.

A vegetação, associada ao tipo de solos, varia entre cerrado, mata atlântica e zonas de transição ecológica. O grau de antropização da paisagem pela agricultura é elevado, levando a uma ínfima quantidade de vegetação remanescente. A seguir detalhamos algumas características dos solos, vegetação e a situação dos remanescentes.

Solos

Se fixamos um olhar mais acurado sobre as paisagens na área do Iguatemi (polígonos pretos, Figura 8), temos que os solos predominantes pertencem a 3 classes distintas: Areias Quartzosas, Latossolo Vermelho Escuro e Podzólico Vermelho Escuro ou Terra Roxa Estruturada, além de uma classe de menor expressão espacial, Latossolo Roxo, nas cabeceiras do rio Iguatemi.

Na porção Oeste da área, verifica-se a ocorrência das **Areias Quartzosas**, que em geral são solos originados de depósitos arenosos, apresentando textura areia ou areia franca ao longo de pelo menos 2 m de profundidade. Esses solos são constituídos essencialmente de grãos de quartzo, sendo, por conseguinte, praticamente destituídos de minerais primários pouco resistentes ao intemperismo. Essa classe de solos abrange as Areias Quartzosas não-hidromórficas descoloridas, apresentando também coloração amarela ou vermelha. A granulometria da fração areia é variável e, em algumas situações, predominam diâmetros maiores e, em outras, menores. O teor máximo de argila chega a 15%, quando o silte está ausente.

As **Areias Quartzosas** são consideradas solos de baixa aptidão agrícola. O uso contínuo de culturas anuais pode levá-las rapidamente à degradação. Práticas de manejo que mantenham ou aumentem os teores de matéria orgânica podem reduzir esse problema. Culturas perenes, plantadas em áreas de **Areia Quartzosas**, requerem manejo adequado e cuidados intensivos no controle da erosão e adubação orgânica uma vez que são solos essencialmente minerais. Caso contrário, há o depauperamento da lavoura, acarretando baixas produtividades. As áreas de **Areias Quartzosas** que ocorrem junto aos mananciais devem ser obrigatoriamente isoladas e mantidas para a preservação dos recursos hídricos, da flora e da fauna.

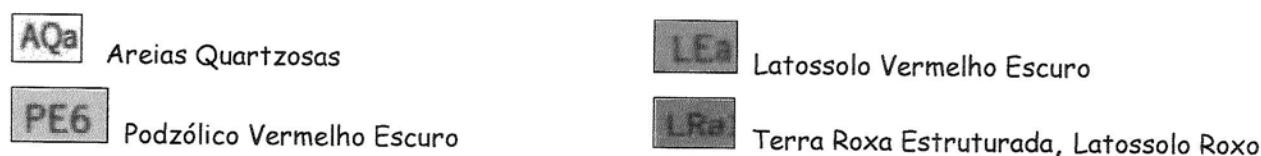
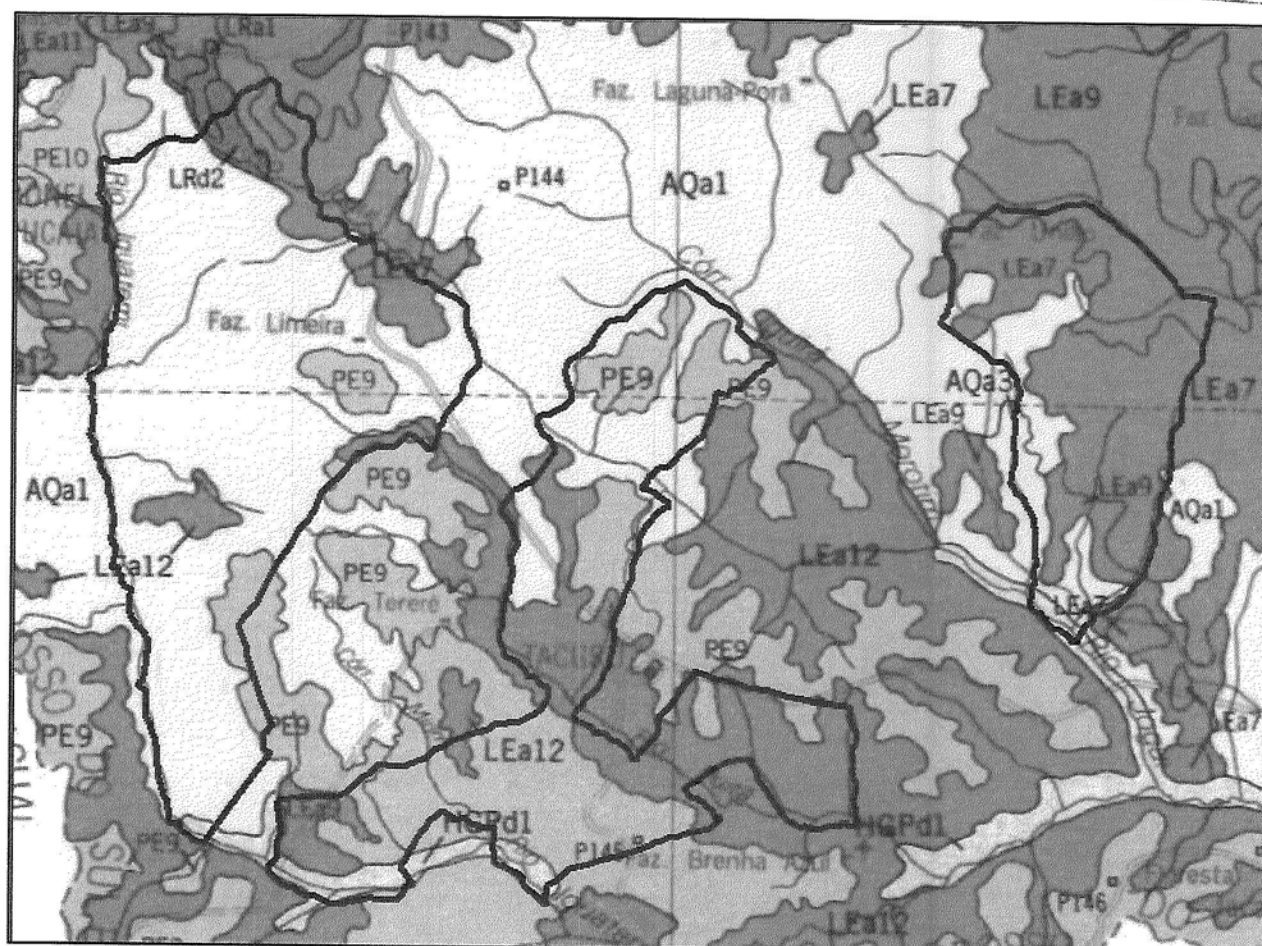


Figura 8. Principais tipos de solos encontrados no Iguatemipegua (polígonos pretos).
 Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

Por serem muito arenosos, com baixa capacidade de agregação de partículas, condicionados pelos baixos teores de argila e de matéria orgânica, esses solos são muito suscetíveis à erosão. Quando ocupam as cabeceiras de drenagem, em geral, dão origem a grandes voçorocas. Tendo em vista a grande quantidade de areia, nesses solos, sobretudo naqueles em que a areia grossa predomina sobre a fina, há séria limitação quanto à capacidade de armazenamento de água disponível.

Apesar de a adsorção de P (fósforo, elemento escasso no cerrado) ser pequena nesses solos, existem sérios problemas quanto à lixiviação de nutrientes e à decomposição rápida da matéria orgânica. A lixiviação de nitratos e de sulfatos é intensa por causa da grande macroporosidade e da permeabilidade dos solos de textura arenosa.

Latosolos Vermelho Escuro são solos cuja textura dos solos (tamanho dos grãos) varia de média a argilosa, recoberto por vegetação de cerrado e relevo suave ondulado, ocupando a maior parte da região do *tekoha*. Apresentam avançado estágio de intemperização, sendo extremamente lixiviados de minerais primários e secundários,

resultando em baixa a mediana fertilidade natural. Sua fertilidade é variável, dependendo do material de origem, mas pode ser compensada através de um bom manejo de solos, uma vez que apresentam uma boa capacidade de adsorção de minerais. Normalmente são solos muito profundos e sua estrutura das partículas faz com que seja um solo de boa drenagem.

Dentre as classes de solos encontradas no Iguatemipegua os **Latossolos Vermelho Escuro** são considerados solos de mediana aptidão agrícola, prestando-se às culturas anuais. Práticas de manejo que mantenham ou aumentem os teores de matéria orgânica podem incrementar suas propriedades físicas e evitar os riscos de erosão. Culturas perenes, plantadas em áreas de **Latossolos Vermelho Escuro**, requerem manejo adequado e cuidados no controle da erosão e adubação orgânica. Caso contrário, há o depauperamento da lavoura, acarretando baixas produtividades.

Podzólico Vermelho Escuro ou Terra Roxa Estruturada são solos minerais, bem drenados superficialmente, mas que devido à presença de uma camada subsuperficial mais compacta (horizonte B), podem ter alguma resistência à drenagem. Este mesmo fato, quando associado ao relevo suave ondulado pode ocasionar riscos à erosão. São solos derivados de rochas efusivas básicas (basalto e diábase), que lhe conferem, senão uma boa fertilidade ao menos uma importante capacidade de adsorção de nutrientes. São normalmente argilosos e com teores mais elevados em ferro. A presença de ferro também pode ser benéfica em caso de aplicação de matéria orgânica, uma vez que a combinação óxidos de ferro e matéria orgânica confere uma estrutura bastante especial e apreciada.

Vegetação

A descrição clássica da vegetação descreveria uma flora de cerrado e mata atlântica (Figura 9) em toda a sua exuberância, com listas de espécies, enaltecendo a biodiversidade, as funções ecológicas e outros tantos argumentos que diante da realidade atual se mostrariam absolutamente inúteis. Ao invés disto optou-se por uma descrição da vegetação limitada ao exercício nostálgico de lembrar uma paisagem de outrora, talvez revalorizando aquilo que se perdeu em nome de uma agricultura intensiva e extensiva, transformou-o tudo num "chão agrícola". Se considerarmos os limites da área de interesse (Figura 11) teremos uma paisagem absolutamente fragmentada tanto no domínio dos Cerrados como no domínio da Mata Atlântica.

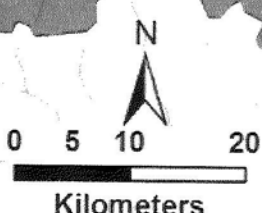


Figura 9. Vegetação original existente na região do Iguatemipegua no Mato Grosso do Sul. Fonte IBGE.

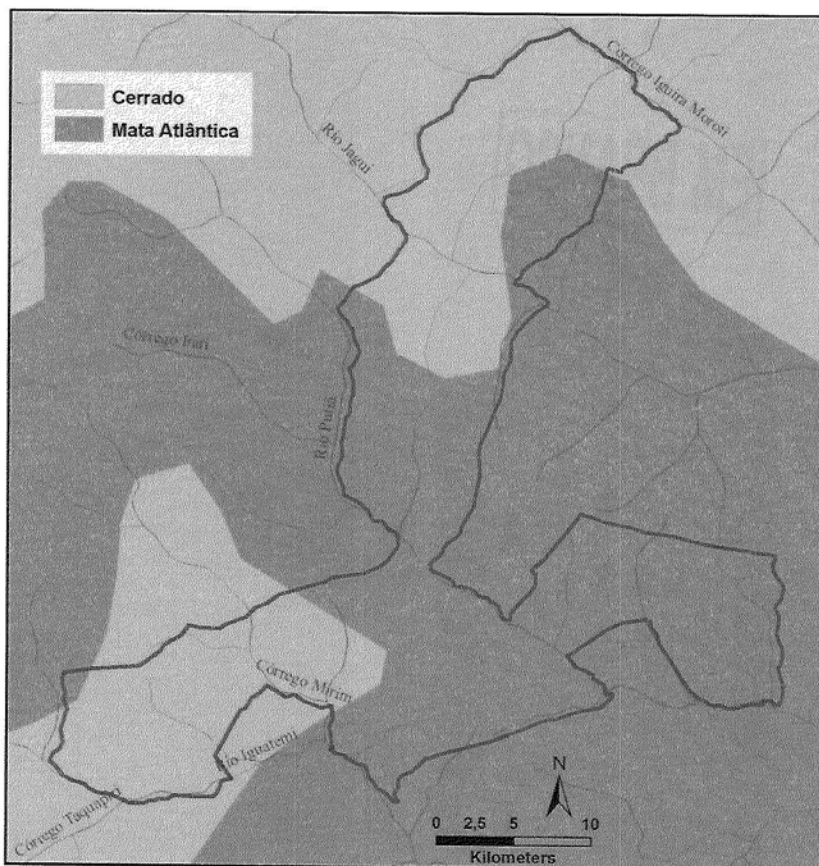
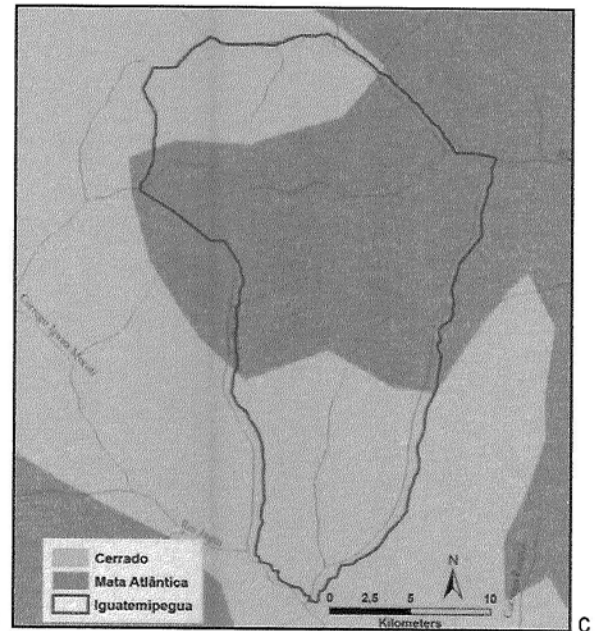
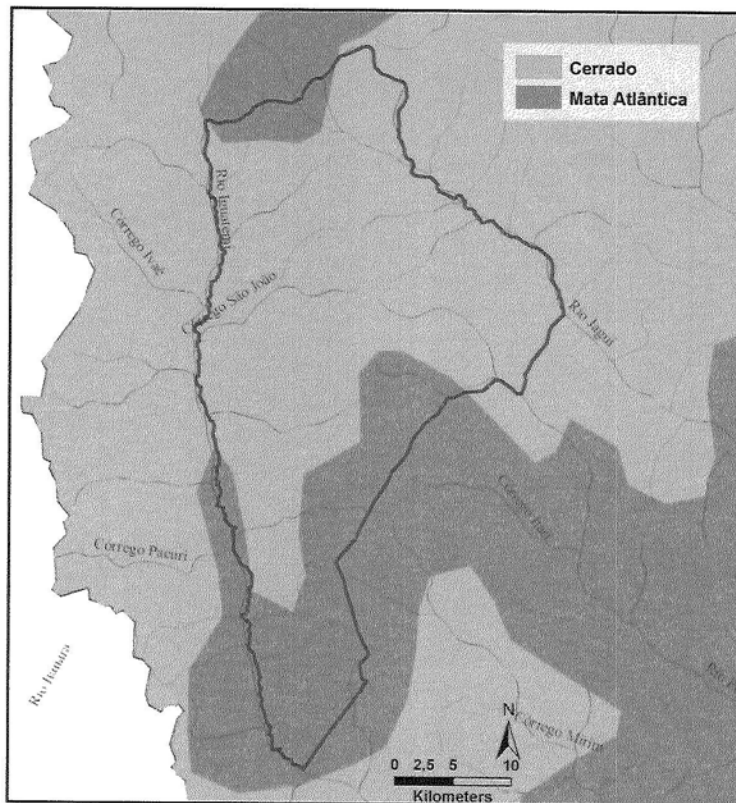


Figura 9 bis (a, b, c). Vegetação original existente nas 3 áreas da região do Iguatemi. Fonte IBGE.

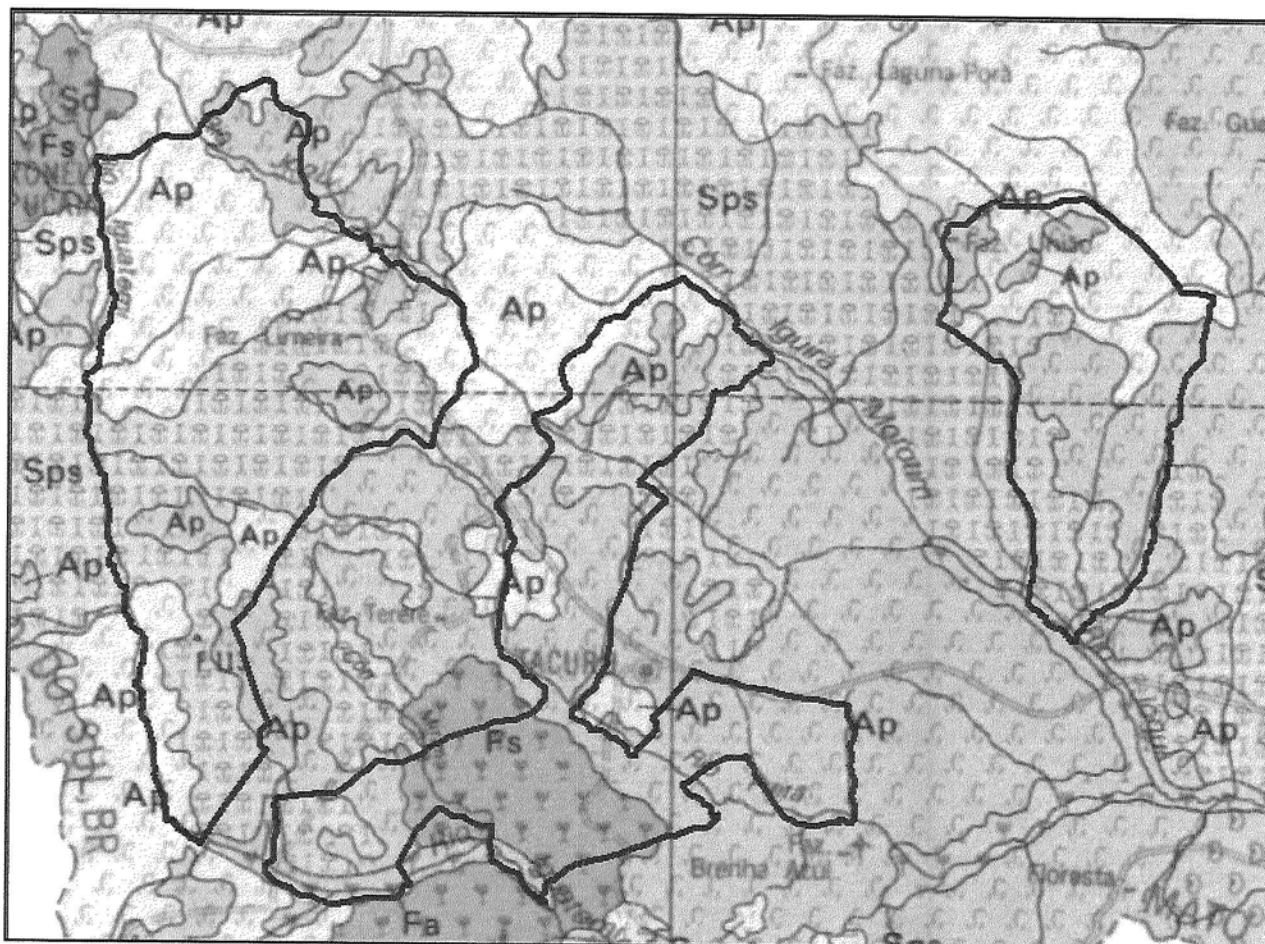


Figura 10. Principais tipos de vegetação encontrados no Iguatemipecua nos anos 70.
Fonte: RADAMBRASIL, 1982.

CERRADO - Aqui nos referiremos ao cerrado na sua forma original de ocupação da paisagem regional. O mapa de vegetação apresentado descreve a situação da cobertura vegetal nos idos anos 70, quando foi realizado o RADAMBRASIL, fonte do mapa. Nesta ocasião o percentual de remanescentes (Sps e Ap) era ainda expressivo, mas já se denotava a forte presença das áreas antropizadas, tanto no cerrado (Ap), como na floresta (Fa). As descrições feitas na época falavam de um mosaico de cerrado que englobava um conjunto de subdivisões como:

- **Cerrado Sentido Restrito** (*stricto sensu*) ou arbustivo com árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas. As plantas lenhosas em geral possuem casca corticeira, folhas grossas, coriáceas e pilosas. Dentre algumas espécies encontradas nessas áreas: *Kielmeyera spp* (pau-santo), *Magonia pubescens* (tingui), *Callistene spp* (pau-jacaré) e *Qualea parviflora* (pau-terra-de-folha-miúda);
- **Cerrado Rupestre**, uma das formas de cerrado sentido restrito, de constituição arbórea, arbustiva e herbácea, que ocorre em ambientes rupestres. Os solos são rasos, com afloramentos rochosos e pobres em nutrientes. No estrato arbóreo-arbustivo, estão presentes espécies como: *Wunderlichia crulsiana* (flor-do-pau), *Didymopanax spp* (mandiocão), *Tabebuia spp* (ipês), *Vellozia spp* (canela-de-ema, candombá) e *Mimosa regina*. No estrato herbáceo encontram-se: *Rhynchospora globosa* (amarelão), *Paepalanthus acanthophylus* (chuveirinho), *Paepalanthus eriocaloides* (mosquitinho), *Echinolaena inflexa* (capim-flexina), *Loudeotiopsis chrysothryx* (brinco-de-princesa), *Xyris schizachne* (pimentona), *Xyris hymenachne* (pimentinha-prateada), *Lagenocarpus rigidus tenuifolius* (capim-arroz).

- **Cerradão**, uma formação florestal que apresenta elementos xeromórficos (adaptações a ambientes secos) e caracteriza-se pela composição mista de espécies comuns ao Cerrado Sentido Restrito, à Mata de Galeria e à Mata Seca: *Caryocar brasiliense* (pequi), *Kielmeyera coriacea* (pau-santo) e *Qualea grandiflora* (pau-terra), *Agonandra brasiliensis* (pau-marfim), *Callistene fasciculata* (faveiro), *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão), *Copaifera langsdorfii* (copaíba), *Magonia pubescens* (tingui), *Xilopia aromatica* (pindaíba). Quanto ao estrato herbáceo, são freqüentes os gêneros de gramíneas: *Aristida*, *Axonopus*, *Paspalum* e *Trachypogon*.
- **Mata Seca**, um tipo de cerrado florestal reconhecido no estado sob duas formas: Mata Seca Sempre-verde e Mata Seca Semidecídua. Entre suas árvores destacam-se: *Amburana cearensis* (imburana), *Anadenanthera colubrina* (angico) e *Tabebuia spp* (ipês). Nas matas secas, encontra-se uma variedade de espécies decíduas, semidecíduas e sempre-verdes, destacando-se as leguminosas *Acacia poliphylla* (angico-monjolo), *Anadenanthera macrocarpa* (angico), *Sclerobium paniculatum* (carvoeiro), *Hymenaea stilbocarpa* (jatobá) e a voquiácea *Qualea parviflora* (pau-terra-de-folha-pequena).
- A chamada **Mata Ciliar**, que se refere à formação florestal densa e alta que acompanha os rios de médio e grande porte, onde a copa das árvores não forma galerias sobre a água. Apresenta árvores eretas com altura predominante entre 20 e 25 metros. As espécies típicas desta fisionomia perdem as folhas na estação seca (deciduidade). Os solos variam de rasos (cambissolos, plintossolos ou litólicos) a profundos (latossolos e podzólicos) ou aluviais (com acúmulo de material carregado pelas águas). A camada de material orgânico é sempre mais rasa que a encontrada nas Matas de Galeria. Entre as espécies arbóreas, destacam-se algumas freqüentes: *Anadenanthera spp* (angicos), *Apeiba tibourbou* (pente-de-macaco), *Aspidosperma spp* (perobas), *Celtis iguana* (grão-de-galo), *Inga spp* (ingás), *Myracrodruon urundeuva* (aroeira), *Sterculia striata* (chichá) e *Tabebuia spp* (ipês). São encontradas poucas espécies de orquídeas epífitas.
- **Mata Atlântica ou Floresta Estacional Semidecidual Submontana**: esta formação ocorre freqüentemente nas encostas interioranas e nos planaltos centrais capeados pelos arenitos Botucatu e Bauru espalhados pelo sudeste do estado. Hoje esta formação está praticamente em extinção como se verá a seguir. Na sua origem a Mata Atlântica era umas florestas de maior diversidade do Brasil, sendo este um dos importantes motivos para preservar o que restou da Mata Atlântica, sua rica biodiversidade, ou seja, a grande variedade de animais e plantas.

Nela conviviam lado a lado desde árvores grandiosas como o jequitibá, figueiras e guapuruvús e até líquens, musgos e minúsculas hepáticas. Calcula-se que nela existiriam 10.000 espécies de plantas, sendo 76 palmeiras. Dentre as espécies animais destacam-se 131 espécies de mamíferos, 214 espécies de aves, 23 de marsupiais, 57 de roedores, 183 de anfíbios, 143 de répteis e 21 de primatas. Dos símios destacam-se o miqui, que é a maior e mais corpulenta forma de macaco tropical, e o sauí-preto que é o mais raro dos símios brasileiros. Habitavam também esta mata, diferentes sagüis, os saús, os macacos-prego e o guariba que está se extinguindo. Dos canídeos, o cachorro-do-mato é um dos predadores mais comum juntamente com o guaxinim, o coati, o jupurá, os furões, a irara, o cangambá, e felinos, como gatos-do mato que se alimentam de animais como o tapiti, diferentes ratos-do-mato, caxinguelês, cotias, outiço-cacheiro, o raro ouriço-preto, etc. Ocorrem também na mata, tamanduás-mirins, preguiças, e tatus, com destaque a preguiça-de-coleira, que hoje em dia está tão escassa e já ameaçada de desaparecimento.

Remanescentes da paisagem original e pressões ambientais

Hoje, um olhar ligeiro sobre os remanescentes (Figuras 11 e 12, Tabela 1) permite destacar o forte processo de ocupação e uso do solo no estado e na região. As razões se explicam pela opção econômica do estado, que gira em torno da produção agropecuária e da indústria rural, principalmente açúcar e álcool.

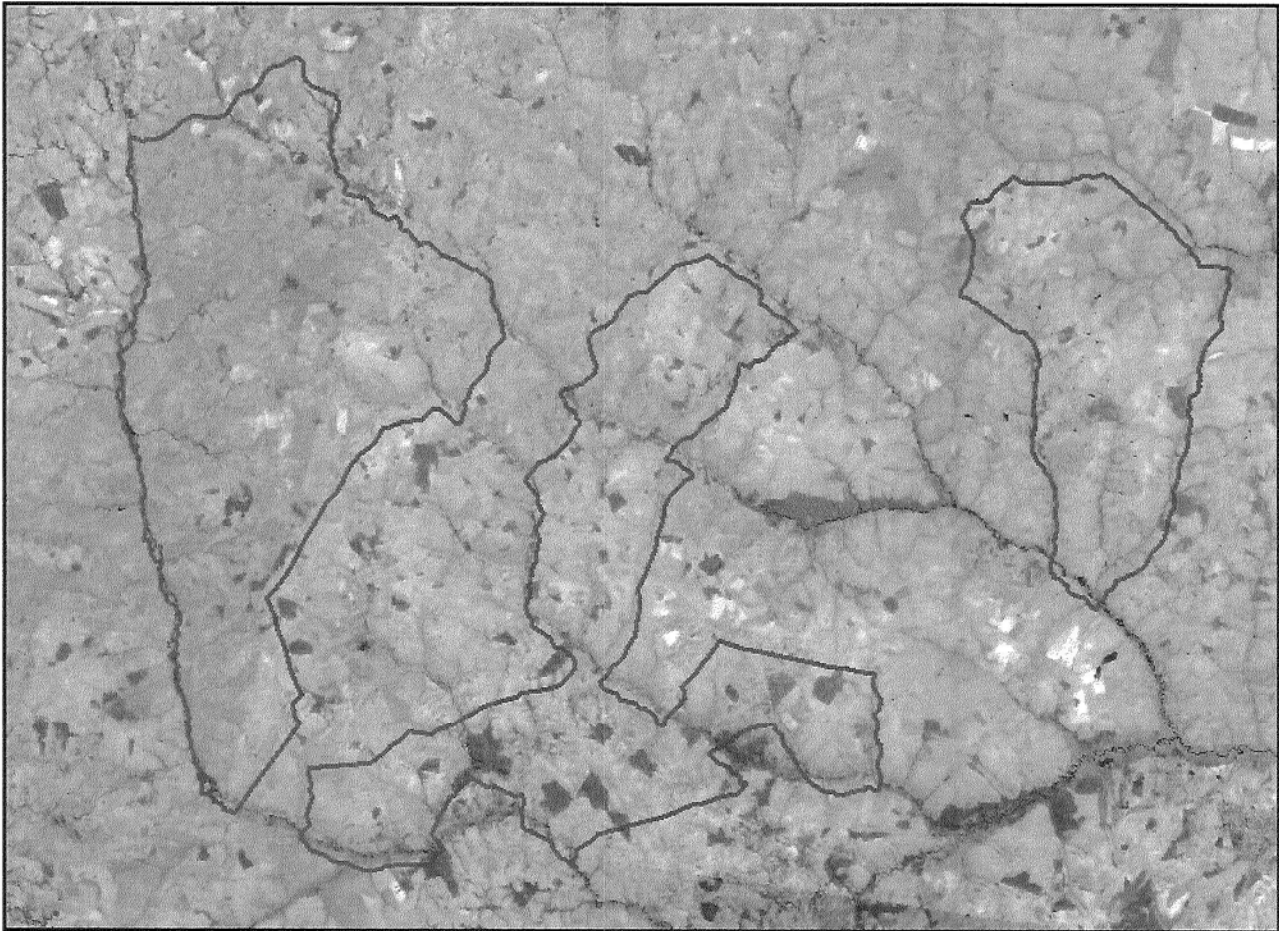
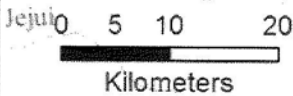


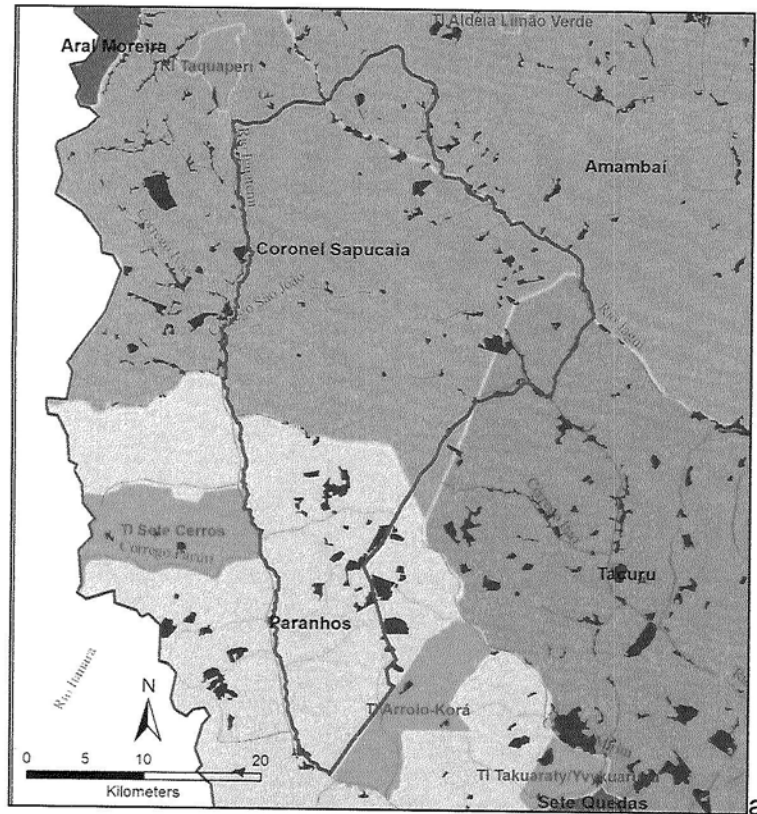
Figura 11. Remanescentes florestais (manchas verdes) encontrados na área de estudo em 2010.
 Fonte: Imagem de satélite Landsat (INPE 2010).

	Remanescente de vegetação original	% do município
Amambaí	23400	6
Coronel Sapucaia	5952	6
Iguatemi	24640	8
Paranhos	5340	4
Tacuru	14440	8

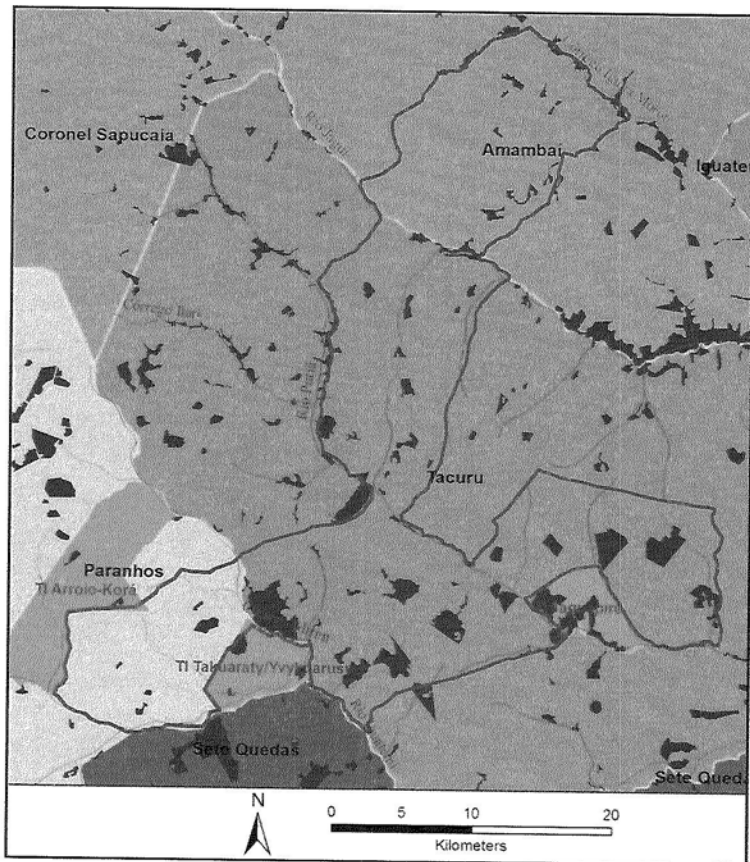
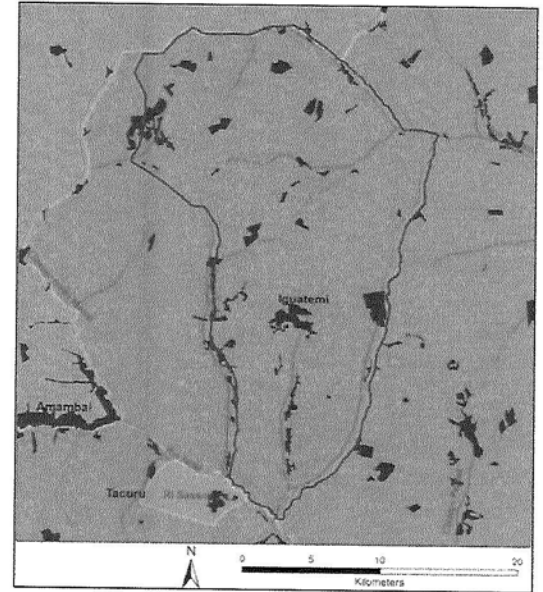
Tabela 1. Remanescentes do bioma original de mata atlântica por município, na região de estudo. Fonte : PROBIO/MMA (2009).



Fonte: PROBIO/MMA (2009).



c



b

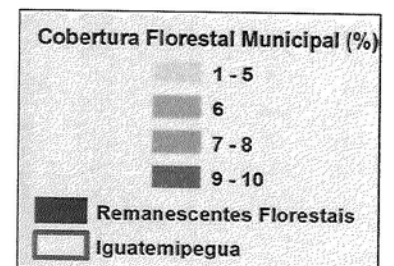


Figura 12bis (a, b, c). Porcentagem dos remanescentes de vegetação original nos município de cada área de estudo.

Se considerarmos a área preliminarmente indicada como de interesse para a demarcação (polígono preto), ter-se-ia que apenas menos de 10% da área encontra-se na sua situação original, enquanto que mais de 90% foi antropizada. Destas, a maioria das terras encontram-se ocupadas pela atividade pecuária.

Assim, se o Código Florestal Brasileiro estipula que 20% da área de cada propriedade deve ficar preservado em Reserva Legal, a situação no Mato Grosso do Sul mostra uma realidade onde a lei é longe de ser respeitada.

Além disso, o Código Florestal estipula também que Áreas de Proteção Permanentes (APP) devem proteger as matas ciliares e as cabeceiras de drenagem (Figura 13). Na imagem (Figura 11) e no campo, é fácil observar que pouco resta das matas ciliares na região, sendo que tampouco, o Código Florestal está sendo respeitado na ocupação da região pela agricultura.

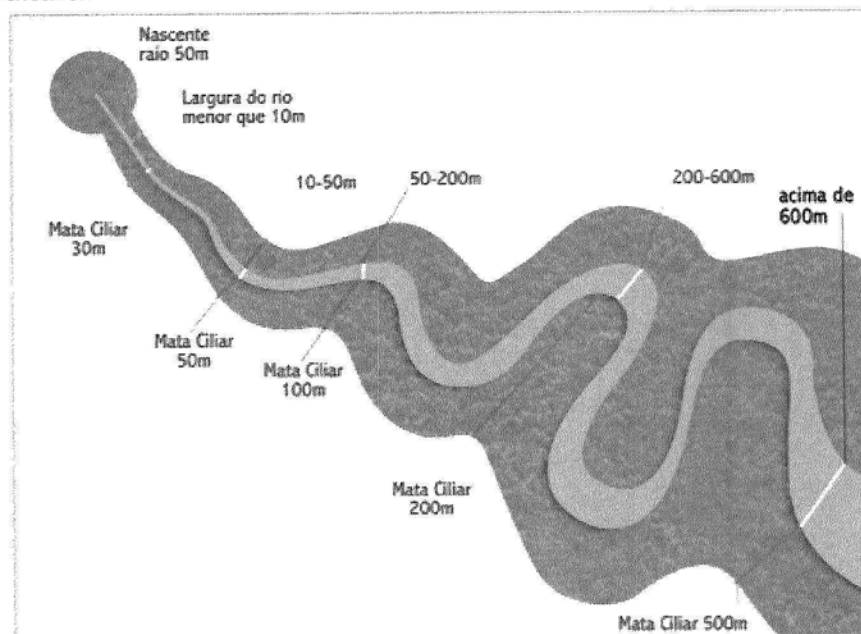


Figura 13. Largura da APP exigida por lei, em função da largura do rio.

3 - Os Guarani Kaiowá, o povo da floresta

O grupo indígena Guarani ocupa um território amplo, que abarca o Paraguai oriental, nordeste da Argentina e sul do Brasil, com a maior população no Mato Grosso do Sul.

Investigações arqueológicas mostram “os Guarani são originários dos matos tropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná, do Alto Uruguai e a borda do planalto meridional brasileiro”³. Nos momentos que antecederam a chegada do europeu, os Guaranis estavam assentados em extensas florestas, espalhados em aglomerações macro-familiares, por terras compreendidas entre os Rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tiete-Añemby, Uruguai, Jakui e afluentes, assim como no litoral do sul do país⁴.

³ Schmitz (1978 - 79) citado por Barbosa A. (2005).

⁴ Susnik (1978-80), citado por Barbosa (2005).

Dos 3 subgrupos que constituem o povo Guarani: Guarani/Mbyá, Guarani/Nandeva e Guarani/Kaiowá, os dois últimos se encontram no Mato Grosso do Sul, e este estudo se refere ao grupo Kaiowá da margem esquerda do Rio Iguatemi. "O nome Kaiowá deve decorrer do termo *ka'a o gua*, ou seja, os que pertencem à floresta."⁵

As fontes de bibliografia histórica e etnográfica caracterizam os Kaiowá como um povo de agricultores de floresta tropical, praticando a caça, a pesca e a coleta como atividades subsidiárias⁶. "A sociedade Guarani é fundamentalmente agricultora, sendo, portanto, uma sociedade sedentária – e não 'nômade'."⁷ Como outros povos da floresta, da Amazônia mas também de outras regiões do mundo, os índios Guarani não só vivem da coleta de produtos vegetais, da pesca e da caça, realizadas nas diferentes unidades de paisagem: eles transformam também o ambiente, desenvolvendo formas de produção que incluem elementos agrícolas e componentes arbóreo, práticas do tipo agroflorestal.

"Mesmo com as transformações ambientais impostas ao espaço que tradicionalmente ocupam e a perda da terra onde radicavam muitas de suas comunidades, eles seguem praticando essas atividades sempre que as condições de espaço e ambiente lhes são favoráveis"⁸.

O Tekoha

"Os Guarani denominam os lugares que ocupam de *tekoha*. O *tekoha* é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o *teko*, o "modo de ser", o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o *ka'aguy* (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios etc. O *ka'aguy* é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos.

Indispensáveis no espaço guarani são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas. Deve ser um lugar que reúna condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade político-religiosa-territorial. Idealmente um *tekoha* deve conter, em seus limites, equilíbrio populacional, oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas e criação de animais. "Deve conter, antes de tudo, matas (*ka'aguy*) e todo o ecossistema que representa, como animais para caça, águas piscosas, matéria-prima para casas e artefatos, frutos para coleta, plantas medicinais, etc."⁹

⁵ Thomaz de Almeida, R. F. e F. Mura – o Povo Guarani Kaiowá. In Povos Indígenas do Brasil. ISA. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>

⁶ Pereira 1999 (2004)

⁷ Grünberg (1975), citado por Thomaz de Almeida.

⁸ Pereira, L. M. (2005).

⁹ Thomaz de Almeida, R. F. e F. Mura – o Povo Guarani Kaiowá. In Povos Indígenas do Brasil. ISA. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>

4 - Ocupação do território e uso dos recursos naturais segundo o “modo de ser” Guarani

A unidade territorial relevante para os Guarani é o *tekoha* que representa o lugar onde eles podem viver segundo o “seu modo de ser”, seus costumes. Tradicionalmente, dentro do *tekoha*, as famílias Guarani se organizam segundo uma distribuição extensa e dispersa. Elas estão acostumadas a percorrer o território para manter suas relações sociais, realizar todas as suas atividades, e simplesmente apreciar o prazer de caminhar no meio de seres vivos, animais e vegetais, respeitados e admirados. Os Guaranis conhecem perfeitamente todos os elementos naturais do território deles. Estes elementos têm um papel extremamente forte na cosmologia e na espiritualidade do povo Guarani. As unidades de paisagem não são somente espaços de produção ou coleta, os animais e as plantas não representam somente alimento, remédio ou materiais de uso. Eles fazem parte dos mitos e das lendas, entram na dimensão religiosa, e são altamente respeitados.

Não entraremos aqui na descrição da etnoecologia Guarani, mas evocaremos apenas alguns elementos interessantes para entender a relação privilegiada que este povo mantém com o seu universo natural, sobre tudo quando ele encontra no seu território as condições favoráveis para viver segundo o seu “modo de ser”.

Terra

Para os Guaranis, a terra é um bem comum, entrega aos homens pelo Deus-criador. Ela não os pertence. São eles quem pertencem à terra. Da mesma maneira que o corpo, a terra tem uma pele, que são as árvores.¹⁰ A terra é como um organismo vivo, em transformação. Ela nasce, vive e morre e é sempre ameaçada pelo desequilíbrio, entre a abundância e a carência. Por isso, os homens não devem alterar o desequilíbrio ecológico e cuidar da terra para que ela não fique doente.

Além do significado religioso, a terra é fundamental para a produção agrícola. Os índios distinguem as diferentes qualidades de solo em função da cobertura vegetal, da textura, porosidade e principalmente pela coloração. Eles sabem reconhecer quais são os melhores para agricultura e, para cada tipo, eles escolhem os cultivos e as técnicas adequadas¹¹.

Os índios sabem muito bem que as terras das matas altas onde crescem as *perobas* são muito boas para a roça em quanto os solos arenosos onde encontram o *caraguatá* (*Bromelia sp.*) são muito pobres para suportar uma atividade agrícola.

Agricultura

Na literatura não, faltam as referências à agricultura Guarani como sendo a atividade principal dos índios. Os europeus da época colonial notaram a abundância e o equilíbrio alimentar, a quantidade e a variedade de produtos encontrados nas roças assim como práticas sofisticadas de plantio e manejo.

Estudos de arqueologia mostram que, “o plantio era baseado no contínuo replantio de culturas anuais, realizado durante alguns anos em um mesmo local e, posteriormente, na

¹⁰ Meliá B., Grünberg G. e Grünberg F. (2008).

¹¹ Pereira L.M. (2004).